

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGeo

NATÁLIA NABHAN

Dois mares que se juntam e a coletividade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP

Orientação: Prof.^a Dr.^a Neusa de Fátima Mariano

Sorocaba - 2021

NATÁLIA NABHAN

Dois mares que se juntam e a coletividade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Linha 1: Produção do Espaço, Educação e Cultura, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Sorocaba - 2021

Natália, Nabhan

Dois mares que se juntam e a coletividade que aflora:
meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da
Nova Enseada, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP /
Nabhan Natália -- 2021.
99f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Neusa de Fatima Mariano
Banca Examinadora: Simone Rezende da Silva, Ermínio
Fernandes
Bibliografia

1. Geografia . 2. Meio Ambiente . 3. Povos e
Comunidades Tradicionais. I. Natália, Nabhan. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Natália Nabhan, realizada em 19/08/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Neusa de Fatima Mariano (UFSCar)

Prof. Dr. Erminio Fernandes (UFSCar)

Profa. Dra. Simone Rezende da Silva (UNIMES)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSCar Sorocaba pela oportunidade de construção de conhecimento, todo o seu corpo docente e de funcionários e especialmente à minha orientadora Neusa de Fátima Mariano, por toda a paciência e profissionalismo.

Aos colegas ingressos de 2018 pelo compartilhamento de experiências, conversas informais e saberes, em especial aos que se tornaram meus amigos: Régis, que pode me acompanhar no trabalho de campo, Sérgio e Edineuza, pelas conversas, receptividade e acolhimento que irei carregar com grande carinho ao longo da vida

À minha mãe, que apesar das dificuldades encontradas ao longo deste caminho, sempre me incentivou e me apoiou no que decidi trilhar ao longo da vida e na figura de quem me apego para manter a paciência e enxergar que cada coisa tem seu tempo.

Agradeço imensamente os moradores da comunidade tradicional da Nova Enseada, na pessoa da Tatiana Cardoso, pela receptividade, compartilhamento de histórias, disponibilidade para o diálogo e abertura de suas vidas, que me deram grande motivação e inspiração para seguir com a pesquisa.

Ainda agradeço o encontro oportuno com a Geografia, que tem me permitido enxergar a realidade de forma mais ampla, concreta, mas também impregnada de significado.

Resumo

O presente trabalho pretende contar a história da comunidade da Nova Enседа, antiga comunidade Enseada da Baleia, que vem passando por diversas modificações após sua re-territorialização, causada pelo avanço do mar onde se localizavam anteriormente. Utilizando a categoria de análise Território, pretende-se ainda, trazer seus diversos usos, inclusive na modernidade. O trabalho também expõe a identidade caiçara e sua organização coletiva, principalmente das mulheres, como o mecanismo acionado por esta comunidade para terem sucesso nesta realocação, mesmo com as incertezas quanto às questões normativas ambientais que tem retrocedido em termos de proteção aos povos e comunidades tradicionais, bem como seus territórios e também quanto à própria dinâmica ambiental da região. A questão do desenvolvimento sustentável fica também evidente no estudo e se propõe breve análise crítica sobre o tema. Serão trazidos ainda, os exemplos dos resultados que a comunidade já tem na nova área, ainda carregada de seus simbolismos ancestrais, mas que também está em diálogo com as tecnologias.

Palavras-chave: território, meio ambiente, caiçara.

Abstract

The present work intends to tell the story of the Nova Enседа community, formerly the Enseada da Baleia community, which has been undergoing several changes after its re-territorialization, caused by the advance of the sea where they were previously located. Using the Territory analysis category, it is also intended to bring its various uses, including in modernity. The work also exposes the caiçara identity and its collective organization, mainly of women, as the mechanism used by this community to succeed in this relocation, even with the uncertainties regarding environmental regulatory issues that have receded in terms of protection of traditional peoples and communities, as well as their territories and also with regard to the region's own environmental dynamics. The issue of sustainable development is also evident in the study and a brief critical analysis of the subject is proposed. Examples of the results that the community already have in the new area, still loaded with its ancestral symbolisms, but which is also in dialogue with technologies, will also be brought forward.

Keywords: territory, environment, caiçara.

Lista de imagens

Imagem fotográfica 1 – Entrevista associação MAE -----	20
Imagem fotográfica 2 – Primeira parada: Marujá -----	23
Imagem fotográfica 3 – Compras levadas na lancha -----	23
Imagem fotográfica 4 – Painel Solar -----	68
Imagem fotográfica 5 – Sr. Toninho observa a captação de água -----	77
Imagem fotográfica 6- Saída para o mar, agora compartilhada -----	85
Imagem fotográfica 7 – Nova Enseada vista de cima -----	87
Imagem fotográfica 8 – Capela na Enseada da Baleia -----	88
Figura 1 – Localização -----	26
Figura 2 – Canal do Ararapira -----	33
Figura 3 – Previsão de degradação das áreas -----	34
Figura 4 – Artesanato -----	70
Figura 5 – Ilha do Tumba: onde está sendo feita a captação de água -----	76
Figura 6 – Flyer de divulgação para doações -----	77
Figura 7 – Comunicado: Fechado para turismo -----	89

Sumário:

INTRODUÇÃO	9
1. A área de estudo: Nova Enseada	26
1.1 O plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso	29
1.2 A organização Caiçara no Parque Estadual da Ilha do Cardoso	31
1.3 O canal do Ararapia: abertura da barra, previsões e consequências---	33
2. Ação Política e Histórica	39
2.1 Geografia e Território	39
2.2 Identidade	46
2.3 Cultura e Geografia	48
2.4 Políticas ambientais no Brasil	53
2.5 Retrocessos ambientais	56
2.6 Desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais	62
2.7 Identidade caiçara como resistência	70
3. Da Enseada da Baleia para a Nova Enseada	74
3.1 A captação de água	77
3.2 O(s) Turismo (s)	78
3.3 Manutenção das práticas tradicionais: Mulheres à frente	79
3.4 Outra forma de integração: Religiosidade	87
Considerações finais	90
Referências	94

Introdução

A presente pesquisa foi gerada por um impulso inicial, em novembro de 2016, ano em que conheci o Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC, por meio do programa de voluntariado do Instituto Florestal. Desde então, muitas ideias surgiram, também por conta de relatos da própria população que sofria com a ameaça de um desastre natural que os obrigaria a mudança para outro local, ainda incerto.

Na ocasião, fiquei dez dias na casa de apoio dos voluntários no núcleo “Itacuruçá”, ou “Pereirinha”, o qual é o mais próximo da cidade de Cananéia, mas soube do possível desastre ambiental que se aproximava em um outro núcleo, “Marujá”, justamente o que abrigara a então comunidade da “Enseada da Baleia.”

O avanço do mar sobre a comunidade, que acabou acontecendo no ano de 2017, consistiu no rompimento do canal de Ararapira, enormes prejuízos que eram previstos em estudos anteriores, como será destacado ao final do primeiro capítulo, portanto os moradores já estavam cientes e se mobilizando para viabilizar sua realocação, o que deu toda a inspiração para que esta pesquisa fosse realizada.

A partir disto, decidi prestar o mestrado com o projeto de pesquisa em questão no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos no ano de 2018, onde pude organizar melhor as ideias ao longo das disciplinas cursadas e da orientação da Prof.^a Dr.^a Neusa de Fátima Mariano.

No projeto inicial tinha-se o plano de realização de dois trabalhos de campo, o primeiro para recolher as informações iniciais através das entrevistas e assim, relacionando as disciplinas cursadas, artigos escritos e participações em eventos com estas informações, dando corpo e direcionamento assim, para a escrita do texto e após um ano, em agosto de 2020.

Um segundo trabalho de campo, para coletar informações referentes à questões que fossem surgindo neste processo, contando, ainda que, se trata de

uma comunidade que vive um processo bastante dinâmico de reterritorialização e, portanto, que tem se transformado muito rápido.

Porém, no mês de março de 2020, começamos também enfrentar no Brasil, os problemas causados pela pandemia da Covid-19, que impossibilitou o segundo trabalho de campo previsto, causando novas reflexões sobre o andamento da pesquisa.

O segundo bloco de perguntas que seriam feitas na entrevista presencial, teve que ocorrer por meio remoto e as perguntas também foram direcionadas para este momento específico e histórico, do enfrentamento à pandemia e em específico, de como a comunidade da Nova Enseada tem enfrentado mais esta adversidade.

O cerne da questão na pesquisa é processo de desterritorialização e reterritorialização, assim como o processo de consolidação da identidade territorial no novo local escolhido para a mudança da Enseada da Baleia para a Nova Enseada, assim como entender os mecanismos acionados por esta comunidade para lidar com todo o processo, desde a escolha do local, à construção das casas e a retomada das atividades econômicas, buscando contar a história, as dificuldades e os ganhos desde processo, portanto, sendo escolhida como categoria de análise o território, sendo o objetivo principal da pesquisa, contar a história da comunidade da Nova Enseada a partir dos conceitos utilizados pela Geografia.

Ao longo da pesquisa, algumas outras questões voltadas à identidade cultural Caiçara e à identidade territorial deste grupo em específico foram se destacando, como por exemplo, como fica a identidade territorial no novo local? Como ela é recriada? Quais são as referências? fazendo-se assim necessária a revisão bibliográfica sobre esses temas na tentativa de entender as contribuições destas análises no processo de consolidação deste território que ainda está ocorrendo e que provavelmente, no futuro terão outros estudos que analisarão ainda mais elementos importantes para esta consolidação do que os que a pesquisa atual conseguiu dar conta, quando foi realizada.

Alguns destaques foram inseridos no plano da dissertação final com base nas disciplinas cursadas no programa. Uma em especial chamou a atenção,

denominada “Meio Ambiente e desenvolvimento”, ministrada pelo Prof Dr. Ermínio Fernandes, onde pude ter um contato mais profundo com as discussões sobre as políticas ambientais brasileiras e a lógica contraditória delas no Brasil e que portanto, mereceu destaque no plano de dissertação final, por se tratar de uma análise válida e atual: a da criação das políticas de conservação e preservação, bem como sua aplicabilidade e como tem sido ou não efetivadas na atualidade, sobretudo no que tange os povos e comunidades tradicionais, evidenciados na pesquisa.

Outro ponto que mereceu destaque na dissertação final e sobre o qual foram coletadas informações por meio remoto, é a questão da manutenção das atividades tradicionais que geram renda para a comunidade no período da pandemia da Covid-19. Havia a hipótese de que a comunidade poderia passar por um período de dificuldade, pois grande parte da geração de renda vem do turismo, seja o que é feito com escolas e turmas interessadas em educação ambiental, seja o turismo convencional, atividades estas que estão proibidas de acontecerem por conta da pandemia e a necessidade de isolamento social que ocorre em decorrência dela.

Entretanto, ao longo do texto serão descritas ações coletivas que tem conseguido garantir o sustento de comunidades que realizam atividades tradicionais coletivas, como a Nova Enseada.

Neste trabalho, as sobreposições de territórios ficam bastante evidente, então, apesar da possibilidade de entendimento total do espaço estudado, é necessário trazer também as especificidades dessa sobreposição de gestões dos múltiplos territórios, já que se trata de um território tradicional, que também deve obedecer às regras da gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Destaca-se aqui, a receptividade da comunidade da Nova Enseada, desde o primeiro contato com a Tatiana Cardoso, até o trabalho de campo e o contato constante por mídias sociais para a realização da segunda entrevista por meio remoto que foi prontamente atendida.

O trabalho se organizou primeiramente através da pesquisa qualitativa, a partir de observações e entrevista coletiva no primeiro momento e posterior transcrição dela para responder aos questionamentos iniciais da pesquisa e

conhecer a comunidade de forma organizada. A entrevista foi semiestruturada, e os participantes neste momento foram as representantes da Associação de Mulheres Artesãs da Enseada.

Outra técnica utilizada em campo, além das entrevistas foi a fotografia, não apenas como ilustração para a escrita, mas como a aliada juntamente com o texto e as entrevistas para possibilitar uma apreensão melhor do espaço tanto para a pesquisadora, quanto para o leitor.

A fotografia neste caso, foi ainda de maior importância por se tratar de um novo espaço. Novo para os moradores, que tem passado por este processo de re-territorialização e novo aos olhos dos pesquisadores e visitantes, mesmo que já tenham visitado, por se tratar de um espaço dinâmico por conta do processo de construção, se mostra novo à cada visita.

Assim, o uso da fotografia enquanto técnica de pesquisa, permitiu compreender melhor o grupo, no pós campo, momento em que se faz a reunião do material de entrevistas, caderneta de campo, fotografias e lembranças, sendo este momento, o que tudo se encaixa e onde também é realizado o processo de escolha das fotos a serem utilizadas, que possam enriquecer o texto e não servirem somente como alegoria.

É necessário alertar para o perigo das conclusões precipitadas que podem ser geradas a partir da observação das fotografias, pois elas são feitas através de um olhar específico de um pesquisador que considera determinado fragmento desse espaço ao fazer as imagens, muitas vezes desprezando outros, que no momento chamaram menos atenção e que também poderiam ser importantes para a compreensão da realidade.

O nosso olhar pragmático construído pela modernidade tende a entender outras realidades também dessa forma pragmática, o que pode ser um problema ao observarmos realidades mais complexas e que utilizam técnicas diferente das nossas, então a necessidade da combinação das fotos, com o texto de apoio sobre elas e, claro, as entrevistas, tentando assim, trazer maior nível de detalhamento dessa realidade retratada, para que consigamos treinar o olhar para a além do que estamos acostumados e assim, podermos chegar próximos de um nível de compreensão desta realidade.

É interessante colocar também que várias das hipóteses iniciais da pesquisa são melhor desenhadas durante as entrevistas, porque durante ela é possível conhecer melhor a realidade que se pensava conhecer anteriormente, então muitas coisas inicialmente pensadas são repensadas, muitas vezes seguindo um novo caminho teórico e metodológico, por acreditar que assim, principalmente no estudo de uma comunidade tradicional, as coisas são melhores transmitidas ao leitor e também mais fiéis a realidade.

As conclusões tiradas neste processo, já dão conta de um entendimento de como essa comunidade consegue lidar com elementos da modernidade. Os Caiçaras da Nova Enseada, não tem medo de perderem suas identidades ao entrarem em contato com o novo, muito pelo contrário, estão totalmente por dentro das mudanças sociais e as incorporam em seu modo de vida tradicional, o que tem permitido que a comunidade se reinvente a cada dificuldade.

Para entendermos a importância dos estudos sobre cultura dentro da geografia atualmente, é necessário um breve resumo de como esta categoria foi desenvolvida dentro da ciência e como ela conseguiu, com diversas outras influências das ciências sociais, pouco a pouco, incorporar a subjetividade, sem perder a base material, onde as relações humanas se dão, se tornando imprescindível para trabalhos como este que propõem análises culturais muito particulares, mas que estão presos a uma realidade objetiva global.

Foi necessária também, uma pesquisa histórica, pois essas informações geralmente, estão relacionadas com as lembranças dos entrevistados, que tendem a privilegiar certos momentos da vida em detrimento de outros, o que é totalmente aceitável, porém, existe a necessidade de transmitir os processos históricos vividos pela comunidade também sob a visão e confrontação além dos moradores, também de pesquisas existentes e materiais históricos. (TRIVINOS, 1987 p.136).

A primeira etapa da metodologia, constou em uma análise bibliográfica sobre o processo de realocação da comunidade da Nova Enseada e após este processo e buscando originalidade na geografia, optou em investigar sobre o processo de des-territorialização e re-territorialização da comunidade. Para tanto, foi realizado o trabalho de campo. A Pesquisa e revisão bibliográfica

contou então com as leituras sugeridas ao longo da formação no programa de pós-graduação, bem como no que já foi produzido sobre o Parque Estadual da Ilha do Cardoso e os povos comunidades tradicionais que ali viveram e vivem

A justificativa do Trabalho de Campo na ciência geográfica, se dá pela possibilidade de nele, ser permitida uma leitura completa da realidade do recorte de estudo, buscando superar as ambiguidades entre fatores físicos e sociais presentes, sendo por isso mesmo, imprescindível na ciência geográfica, aliando uma boa base de dados, ao empirismo, uma herança dos primeiros geógrafos naturalistas, além disso, o trabalho de campo propicia a aproximação com o objeto e também o conhecimento daquela realidade. (CRUZ NETO, 1994)

Além disto, no trabalho de campo, sempre é necessária a relação entre as relações que se dão naquele território e a lógica maior em que elas estão inseridas, ou seja, o contexto global da luta de classes, assim, para Serpa (2006 p. 11) “buscar sempre a totalidade do espaço enquanto dinâmica e processo, relacionando seus elementos enquanto método, não perdendo de vista o conjunto e o contexto.”

Para a busca deste entendimento de totalidade mesmo dentro da especificidade de sobreposição de territórios, é necessário que se faça o recorte de onde e o que se buscará tal compreensão, este recorte, seja global ou no caso de um território específico dentro de uma Unidade de Conservação, irá orientar os mecanismos necessários para o levantamento e tratamento dos dados.

Ao fazer este recorte e na busca pela totalidade, é preciso que anteriormente o reconheçamos enquanto “dinâmico e mutável, reflexo e condição da/para a ação dos seres humanos [...] algo passível de apropriação.” (SERPA, 2006 p.15). Ademais, neste território digno de apropriação, coexistem o caráter afetivo e funcional, que quando é funcionalizado por completo, atende a lógicas de territorialização hegemônica, se torna cada vez menos possível de apropriação afetiva, ou neste caso da Nova Enseada, pode ser digno de fragilidades ao ponto dos saberes tradicionais, talvez não serem mais capazes de justificarem a permanência neste território.

Foi escolhida a categoria de análise Território, tão importante na Geografia, que pode dar a impressão singular, mas na verdade, pertence também à uma lógica maior, ou seja, uma amostra específica de uma totalidade, ou para Serpa (2006, p.46) “um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde combinam o geral [...] e o particular”, mantendo sujeitos e o todo uma relação dialógica, um fazendo sentido em detrimento à existência do outro.

Coloca-se, portanto a impossibilidade de separar a teoria da prática em campo, nesta categoria de análise escolhida, fazendo um resgate do conceito desde sua base mais tradicional dentro da geografia, aos seus usos mais atuais e que permitem a inclusão de especificidades no estudo de territórios sobrepostos, não perdendo então sob essa ótica, a análise materialista da realidade, que permite identificar desde as relações de poder, até as relações que a modernidade impôs, inclusive nos territórios mais alternativos e as estratégias utilizadas pela comunidade em questão.

É possível que o trabalho de campo não resolva todas as hipóteses estabelecidas, e ainda, que outros questionamentos sejam levantados durante o tratamento e análise dos dados, portando muitas vezes se necessita de uma nova ida a campo. Esta segunda ida foi proposta já no projeto de pesquisa por conta da comunidade estar em um processo de consolidação com o novo território e por isso, estarem vivendo transformações bastante aceleradas, porém, a atual situação de pandemia colocou em entrave para a realização de nova coleta de dados em campo, sendo a solução encontrada a realização da entrevista por meio remoto.

O método qualitativo, escolhido para a orientação metodológica da pesquisa, segundo Trivinos (1987), começa na América Latina, a fim de orientar estudos que pudessem ser mais completos sobre educação. Então, além de se basear em dados estatísticos, é preciso que nos estudos voltados às ciências humanas possam se ter também dados qualitativos, que podem ser adquiridos de formas específicas.

É interessante ressaltar que este tipo de pesquisa, considerada mais humanista e inclusiva e aqui escolhida por dar conta de melhor orientar e permitir

melhor compressão do modo de vida caiçara e suas especificidades, surgiu, justamente na antropologia e na sociologia.

Essas ciências, desde a sua formação, mesmo que muitas vezes orientadas por um olhar colonizador e eurocêntrico, se preocupam em trazer as relações sociais e os modos de vida para o centro das discussões de seus estudos, muito porque as informações e relações entre os povos - aqui em específico os povos tradicionais caiçara – dificilmente poderá ser somente quantificada, a não ser em casos mais específicos, o método mais utilizado e de difícil definição, é o etnográfico, que se baseia no estudo das culturas.

Entende-se aqui que ambos devem caminhar juntos, e dentre as exemplificações de sucesso ao trabalha-los simultaneamente, estão os estudos geográficos. Além disso, é preciso entender o caráter dinâmico das coisas e das relações que, ora podem ser entendidas como quantitativos, ora como qualitativos, atribuindo assim, uma necessária relação entre uma e outra forma de coletar dados e fazer pesquisa, como concluem os marxistas. (TRIVINOS,1987)

É interessante ressaltar neste ponto que a pesquisa científica é sim orientada através visão do pesquisador, assim, uma pesquisa nunca será isenta, por isso existem problemas e dificuldades para a valorização e definição da pesquisa qualitativa, pois a mesma pode ser acusada muitas vezes de estar somente sob a ótica do pesquisador, ou seja, obedecer aos seus critérios, pois se trata da forma do próprio de interpretar a realidade, ou que o mesmo a realize somente para confirmar suas hipóteses, encaminhando-a desta forma.

Para isso, precisamos nos apoiar nos conceitos e definições que orientam as pesquisas qualitativas, a fim de que se possa determinar melhor o recorte e os recursos metodológicos que serão utilizados para a realização dela. Dentro do método qualitativo, os pressupostos ecológicos-naturalistas, podem orientar a pesquisa aqui desenvolvida, porque admitem a importância também do ambiente se refletindo nas relações sociais sendo que o

contexto no qual os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seus modos de vida fundamentais, tem um valor essencial para alcançar das pessoas uma compreensão mais clara das suas atividades. O meio, com suas características físicas e sociais, imprime nos sujeitos traços peculiares que são desvendados à luz do entendimento dos significados que ele estabelece. (TRIVINOS, 1987 p.122)

A pesquisa qualitativa deve ser então, muito minuciosa, para que aspectos desta cultura e modo de vida não sejam ignorados pelo pesquisador, que também deve estar atento a possibilidade de reflexão dos métodos utilizados durante a coleta e avaliação dos dados, sendo até mesmo, obrigado a considerar opções metodológicas mais flexíveis durante a ação investigativa. (TRIVINOS, 1987, p.123)

Seguindo o caráter qualitativo, a pesquisa buscou a interpretação e descrição sugeridas nos objetivos, através dos elementos de análise que cabem no estudo, tais como participação; relação e situação, sendo o envolvimento e a adaptação do sujeito na organização; o intercâmbio entre as pessoas que a compõem e o que se cria no intercâmbio entre as pessoas que vivem ali, o produto que se almeja no texto final.

O estudo de caso, pode ser bem utilizado para a pesquisa em comunidades tradicionais, por permitir esta análise aprofundada de suas relações e modo de vida. A mesma técnica pode ser utilizada em estudos qualitativos e quantitativos, porém, a flexibilização da forma de coletar os dados, muitas vezes pode ser necessária para que se chegue a resultados mais completos, no caso da pesquisa qualitativa.

Esta técnica, combina vários elementos (TRIVINOS, 1987 p. 140), e eles podem ser trazidos e pensados pelo pesquisador, como as percepções e o referencial teórico; dos sujeitos, como sua produção cultural; documentos internos e externos (fotografias); pelo Estado, através da legislação e a realidade objetiva do sistema econômico em que estamos inseridos.

A coleta de dados pode ser realizada de diversas formas, porém, a entrevista foi escolhida nesta pesquisa, por se tratar de uma forma bem completa para orientar as interpretações propostas nas reflexões iniciais. Ela, além disso,

para Venturi, (2011, p:445), “é uma técnica na qual a interlocução é mais profunda e equilibrada, pois não limita ao esquema de pergunta-resposta, podendo haver um diálogo orientado por uma temática.”

Portanto, um dos principais objetivos no primeiro contato mais formal com a comunidade foi possibilitar uma conversa orientada, mas que não fique presa à perguntas que possam ser respondidas apenas com “sim” e “não”, como no caso dos questionários, e que “estancam o fluxo de informações advindas da rica fonte que é o entrevistado” (VENTURI, 2011 p, 456), mas que pelo contrário, possam gerar ainda mais reflexões e corpo para a pesquisa, além disso, as informações que se pode obter através da entrevista, geralmente não constam em outra base de dados, salientando então a potência deste momento colaborativo.

No primeiro trabalho de campo dos dois previstos para a pesquisa, buscou-se entender questões mais gerais dos Caiçaras que vivem na Ilha do Cardoso, ou seja, orientar melhor a pesquisa quanto ao seu modo de vida e cosmovisão, tanto da situação da erosão que os levou a realocação, quanto da política e suas atividades econômicas e culturais.

O procedimento foi realizado no final da tarde do segundo dia de estadia na comunidade, em agosto de 2019. Neste dia foi possível a reunião de todas as mulheres representantes da comunidade e que através de um roteiro semiestruturado, foi permitida a gravação de cerca de uma hora em que responderam às perguntas iniciais de forma bastante detalhada e contaram muitas informações adicionais, o que contribuiu para uma riqueza de detalhamento das informações pensadas em serem colhidas inicialmente.

Talvez esta técnica, seja o recurso mais utilizado nas pesquisas em ciências humanas e pode ser genericamente considerada aqui como uma conversa com propósitos bem definidos (CRUZ NETO, 1994). O tipo de entrevista considerado mais apropriado, foi através do roteiro dirigido, ou seja, com perguntas bem definidas, mas também contando com certa flexibilidade para a resposta das entrevistadas. O roteiro contou com as perguntas listadas no roteiro abaixo, que foram elaboradas também, conhecendo brevemente a

história da comunidade quando tive outros contatos através da visita em 2016, mídias sociais e conversas anteriores.

O roteiro de entrevistas semiestruturadas aqui, tem o sentido de trazer maior credibilidade à pesquisa, porque, apesar de trazer as concepções da pesquisadora, já que ciência não é sinônimo de neutralidade, traz o olhar também objetivo, mesmo a entrevista tendo sido baseada em sua maior parte de pergunta bastante abertas, que permitiram que as respostas fossem dadas de maneira coletiva.

Os recursos utilizados nesta entrevista para a coleta e tratamento de dados, foram: um gravador e câmera fotográfica para registros de áudio e visual (como consta na fotografia abaixo), papel e caneta para demais anotações e posteriormente o computador.

Imagem Fotográfica 1: Entrevista com a Associação “Mulheres Artesãs da Enseada”



Fonte: NABHAN, 2019

- Roteiro da entrevista:

1) Como eram realizadas as atividades antes da demarcação da área em que vivem como Parque Estadual?

2) Como e onde são desenvolvidas as atividades de pesca?

3) Como foi o processo de retomada das atividades após o falecimento do Sr. Malaquias? (Senhor Malaquias era o patriarca da família Cardoso. Em documento anteriormente cedido pela comunidade, foi relatado que ele era o responsável pela economia da comunidade, desde sua gestão, até a venda dos produtos e após a sua morte, os moradores se sentiram desmotivados para continuar desempenhando essas funções.)

4) Como é o processo de produção do peixe seco e as problemáticas envolvidas em sua comercialização?

5) Como se deu o processo de protagonismo feminino? É algo novo?

6) Como é realizado o turismo na Nova Enseada?

7) Como se deu o processo de realocação? Quem foram as pessoas e órgãos inseridos no processo?

8) Quais são os frutos que já são possíveis de serem observado após a organização comunitária?

9) Como e por que ocorreu a diversificação das atividades?

10) Qual a função das festas na comunidade? Sejam religiosas ou não.

11) Como é a questão das crianças? Estudam em qual tipo de escola? Nela é prezada a valorização da cultura caiçara?

Estas perguntas foram elaboradas em blocos, primeiro reconhecendo sobre as alterações vividas desde que a área foi delimitada enquanto Parque, posteriormente sobre seu modo de vida, que envolvem as atividades econômicas e depois, quanto à suas atividades ligadas à interação política e religiosa com outras comunidades da Ilha.

Um aspecto interessante quanto à condução da entrevista, é a sensibilidade para entender o momento durante o tempo em que se pergunta e

se escuta, isto é destacado por Venturi (2011, p.459). Segundo ele tanto formalidade demais quanto de menos, podem atrapalhar o andamento da entrevista e não contribuir para que se chegue ao resultado desejado, por isso, pode-se manter um clima de informalidade durante a entrevista, mas é necessário delimitar o momento em que as informações são colhidas, tanto para a transparência com o entrevistado, quanto à credibilidade da pesquisa em si, esses cuidados foram tomados na presente coleta de dados.

Assim, seguimos com naturalidade e flexibilizando o roteiro quando necessário, estando atentos a questões importantes que não constavam no roteiro em si, mas que traziam detalhes que contribuíram para melhor compreensão da realidade dos moradores, mas sem nos perdermos nele.

Essa naturalidade foi construída não tentando nos parecer com os entrevistados e nem tendo uma postura demasiada mecânica, mas logo que chegamos, no primeiro dia, fomos tão bem recebidos, que pudemos manter um clima de amizade muito facilmente, tanto que ela terminou com um momento de descontração bastante agradável em que toda a comunidade nos convidou para jantar e contar causos sobre as festas que acontecem ali.

Voltando do Trabalho de Campo, começa o processo de transcrição de todo o áudio da entrevista, juntamente com as anotações feitas durante ela. Após esse procedimento, começa o processo de refletir um pouco mais sobre o material, pois como dito por Venturi (2011, p.461)

a interpretação já ocorrerá no momento da entrevista [...] observação e interpretação ocorrem concomitantemente, ou seja, o que ocorre neste momento, é dar materialidade para as reflexões, ou seja, separar, analisar e escrever para no final, serem compartilhadas.

Para a análise de conteúdo, seguiu as etapas propostas Trivinos (1987 p.161), que seriam, a pré análise, ou seja, a organização do material propriamente dito; descrição analítica, sendo composta por um estudo aprofundado e a interpretação inferencial, que consiste no processo de reflexão a respeito do material obtido, interligando as ideias, os referenciais bibliográficos, as hipóteses e os dados contidos na transcrição de áudio, neste caso.

O trabalho de campo realizado se organizou primeiramente através da pesquisa qualitativa, a partir de observações e entrevista coletiva no primeiro momento e posterior transcrição dela para responder aos questionamentos iniciais da pesquisa e conhecer a comunidade de forma organizada.

Saímos de São Paulo com destino à Cananeia, município em que está localizado o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, chegando na cidade, o transporte até a comunidade é realizado de barco (voadeira), que ocorrem em alta temporada, ou de lancha, um transporte gerido pela DERSA travessias e tem para os moradores locais um custo de sete reais e noventa centavos, já para turistas, o custo é de 54 (cinquenta e quatro) reais e tem duração, até a cidade de Ariri, de aproximadamente três horas

Passando primeiro pela comunidade do Marujá, como destacado na fotografia 2 abaixo e posteriormente pela comunidade da Nova Enseada, onde algum morador, com um barco menor faz o transporte, pois a lancha não atraca no pequeno porto da comunidade.

Imagem fotográfica 2: Primeira parada: Marujá.



Fonte: Nabhan, 2019

Esta lancha, funciona principalmente como meio de locomoção para as comunidades da Ilha do Cardoso e Cananéia, sendo nela também transportados alimentos e compras em geral feitas pelos moradores das comunidades da Ilha.

Imagem Fotográfica 4: Compras levadas pelos moradores na lancha



Fonte: NABHAN, 2019

Os horários dessa lancha também são diferenciados dependendo do dia da semana, sendo que na terça-feira ele não ocorre. Fomos então na segunda-feira as 13 horas e fomos recebidos na comunidade por volta das quinze horas e quarenta, onde tivemos uma recepção bastante simpática e amistosa.

A viagem de campo, contou com a presença do meu colega de mestrado que auxiliou bastante e fez vários registros, Régis Vercauteren. Ficamos ao todo três dias na comunidade, onde pudemos caminhar por todos os cantos dela, conversar informalmente com os moradores, participar das atividades, comermos a comida tradicional caiçara, que se baseia em produtos retirados do mar. Foram feitos o peixe Parati, Arraia, Manjuba, acompanhados sempre de arroz, feijão e saladas, além de nos divertirmos com muitas histórias da comunidade.

É importante ressaltar que a visita à comunidade ocorreu através de contato prévio com uma das moradoras, que nos orientaram para irmos no período de intervalo entre as atividades de produção do *Peixe Seco* e as

atividades educação ambiental que ocorrem através de visitas de escolas guiadas pelos moradores, sendo, então o período escolhido, o do mês de agosto de 2019.

Após reflexões sobre questões ligadas à segurança e à autonomia financeira, já que dependem diretamente do turismo escolar como fonte de renda nos meses que não tem o turismo de veraneio e a pesca, pensou-se em nova entrevista para abordar questões ligadas ao aspecto econômico e que pode levar a pesquisa a novas conclusões. Abaixo segue a proposição do novo roteiro, que pretende a nova coleta de dados, que se fez necessário após o desenvolvimento do relatório de qualificação e por conta do atual contexto de pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos.

- Segundo roteiro de entrevista:

1) Vocês costumavam comercializar o produto alimento a partir das roças?

2) Qual atividade mais desenvolviam na Enseada da Baleia? É a mesma desenvolvida agora?

3) Como tem sido a geração de renda em tempo de pandemia? Quais os principais obstáculos?

Identidade Caiçara/Caipira:

1) Vocês entendem a ligação da cultura Caiçara com a cultura caipira de São Paulo?

2) Vocês se consideram lavradores, pelo passado do cultivo das roças nas terras do Paraná?

Mudança:

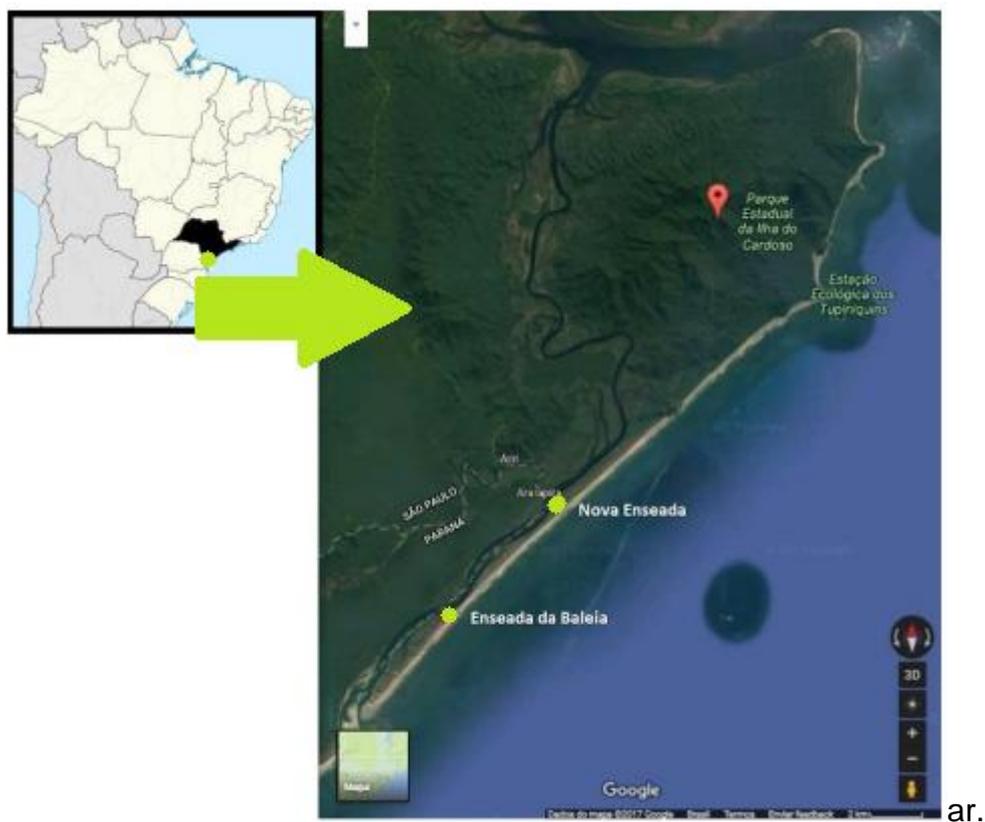
1) Vocês tiveram que mudar, mudou alguma coisa? O que mudou?

2) Já se acostumaram na Nova Enseada? Como foi a mudança? O que tiveram que fazer, construir, quando chegaram como era e o que tem agora?

1. A área de estudo: Nova Enseada

O parque estadual da Ilha do Cardoso se estende por cerca de 150 quilômetros quadrados, tendo os seguintes limites: ao Norte, encontra-se voltado para as águas lagunares da Baía de Trapandé e ao Sul, fica de frente às linhas de arrebentação do Oceano Atlântico, sendo a primeira “Mar de dentro” e a segunda “Mar de fora”, respectivamente, segundo toponímia local. Já a leste e nordeste, o limite é a Barra de Cananéia, que fica entre a Ilha do Cardoso e a cidade de Ilha Comprida, sendo a oeste, onde se localizava a comunidade da Enseada da Baleia, delimitado pelo Canal de Ararapira (SOUZA, 2014), o qual foi rompido e ocasionou os processos abordados neste estudo. Na figura 1 podemos melhor localizar essas informações:

Figura 1: Mapa de Localização da Nova Enseada em relação ao território brasileiro



Fonte: Google mapas/ adaptado, 2021.

Os registros de ocupação da Ilha do Cardoso, através dos Sambaquis, datam de milhares de anos. (SILVA, 2014) Esses povos caçadores-coletores já tinham o hábito de se lançarem ao mar com canoas feitas de árvores para pesca e posterior alimentação. Toponímias sugerem que povos do tronco linguístico tupi habitavam a região, os quais são presentes até os dias atuais e tiveram contato com os primeiros colonizadores europeus, o que desenha um pouco da miscigenação do caiçara.

A ocupação na Ilha é registrada já desde o Atlas do Brasil de Albernaz, em 1664. Gadelha (2008), conta que o primeiro nome dado à Ilha foi o de “Ilha do Marco”, em referência a um monumento de pedra deixado por conta do Tratado de Tordesilhas em um de seus costões rochosos no século XVI. O nome “Cardoso” foi dado após muitos anos, em referência à um dos primeiros senhores de Engenho (GADELHA, 2008).

A Ilha do Cardoso, por conta de suas amplas serranias e solos férteis, dava a possibilidade dos grupos que a ocuparam, tanto do recurso da agricultura, quanto o da pesca, sendo esta tanto no âmbito lagunar, quanto oceânico, garantindo abundância de recursos, até mesmo quanto à água potável, garantida também na Ilha, por conta dos riachos.

Esta abundância de recursos e a localização da Ilha na rota das navegações, garantiram ocupação expressiva de pessoas até a metade do século XX, servindo desde moradia a abrigo e refúgio para incursões marítimas das mais variadas.

Segundo os moradores, a história da antiga Enseada da Baleia (atual Nova Enseada), começa no ano de 1845 e seus fundadores foram Antônio Valeriano Martins e Ernestina Malaquias Martins, que já na época, começaram o ofício do peixe seco, atividade fundamental para os atuais moradores e terá melhor desenvolvimento textual ao longo deste trabalho, como também as outras atividades, que garantem renda para os moradores.

A Enseada da Baleia era acessada tanto pelo segmento lagunar quanto oceânico, além da maior proteção dos ventos. Com uma pequena estrutura portuária ao longo da margem do corpo lagunar, era facilitado o acesso de embarcações.

Segundo Diegues (1987), o complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape, é um dos ecossistemas costeiros mais importantes do país. Ele inclui grande área de preservação de Mata Atlântica, nos municípios de Ilha Comprida, Cananéia e na própria do Ilha do Cardoso, conta com áreas de manguezais com diversidade e riqueza biológica que garantem também atividades econômicas para a geração de renda de diversas famílias. A comunidade da Nova Enseada está inserida nesse complexo e se utiliza do mar para obter a maior parte de seu sustento através da pesca.

Esta região, quanto à pluviosidade, segundo Mishima et al (1985) e Silva, 1989), apresenta média mensal máxima de 266,9 mm entre janeiro e março, sendo a média anual de precipitação de 230mm. É interessante destacar o papel das condições climáticas, por elas também darem base para a explicação da erosão marítima ocorrida que obrigou a comunidade a se realocar.

O sistema atmosférico é dirigido pela ação da maré através das ondas, que entram pelas barras de Cananéia e Icapara, além da água doce de rios que abastecem a região, podendo também sofrer influência dos ventos. Tanto nas águas continentais quanto oceânicas, segundo Matsuura (1986), a influência principal é da massa de água tropical que é trazida por três fatores: a Corrente do Brasil; Água Central do Atlântico Sul e pela Água Costeira.

Dentre os precursores em caracterizar a Ilha, destaca-se Avé-Lallemant (1858), que coloca nos seus relatos de visita o local como “grande ilha”, a qual Cheliz (2015) pontua como “entrada para um complexo lagunar pautado por conjunção de terras baixas do continente próximo e conjunto de ilhas proximais a linha de costa, situado entre a Serra de Jureia a norte e a própria Ilha do Cardoso a sul”, o qual ainda destaca o “caráter navegável capaz de possibilitar deslocamento fluvial, facilitado dezenas de quilômetros rumo ao interior.”

1.1 O plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso

O plano de manejo do PEIC é um importante documento que orienta toda a sua gestão, além de ser uma base histórica bastante consistente para basear

os novos estudos e o entendimento de como e por que as comunidades tradicionais se organizam e como o PEIC as enxerga e enxergou ao longo do tempo.

Por muitas vezes, seguindo tendências de políticas externas quanto à organização e gestão de territórios naturais, mas também, ao longo do tempo, criando a sua própria cultura e entendimento quanto à gestão territorial.

O documento aqui utilizado como base para as reflexões do texto, é o Plano de Manejo Fase 2, elaborado entre os anos de 1995 e 2001. Nele podemos perceber que há certa criticidade sobre os termos de criação do PEIC, numa tendência mundial, mas que não promove ainda a inclusão das comunidades tradicionais. Neste sentido, houve restrição, a princípio, de toda e qualquer atividade de subsistência, combinada com a falta de fiscalização do seu impedimento, o que gerou uma situação totalmente contraditória com a abertura de precedentes para diversas explorações externas.

As fortes tendências influenciadoras das políticas ambientais brasileiras no século passado, primeiramente foram baseadas na visão europeia da valorização estética da paisagem natural do século XVIII e XIX.

Esta visão se dá por essas áreas terem que sido deterioradas anteriormente pela dominação do ser humano (THOMAS, 1988) e posteriormente baseadas nas políticas preservacionistas norte-americanas, precursores na criação de áreas protegidas e posteriormente Parques Nacionais, Tais políticas preservacionistas restringem a uma pequena parcela da população o acesso às áreas naturais, ou seja, sem a preocupação com os moradores mais antigos dessas localidades.

A criação do PEIC não foge desta regra e no ano de 1962, sem consulta à população que já habitava a área e às cidades do entorno, é criada a primeira UC da região de Iguape a Cananéia. Por isso, desde o início se estabelece o conflito entre estado e populações tradicionais, que estavam agora imobilizadas sem poder desenvolver suas atividades de subsistência e sem indenizações como contrapartida. A fiscalização também era ínfima principalmente nas áreas de mata atlântica mais densa, inclusive havendo a facilitação da entrada de madeireiros; caçadores; turistas, entre outras explorações não coordenadas.

Outra questão importante a ser ressaltada, é que todas as problemáticas da decorrência da criação do PEIC sem a consulta pública e por isto, gerando desde sua criação, conflitos que atualmente perduram, foram em decorrência da falta de uma perspectiva de um modelo sul-americano e mais ainda, brasileiro para a criação de Unidades de Conservação no Brasil.

Isto partiu de pesquisadores preocupados com a devastação dos biomas, porém sem uma noção de como isso poderia ser desenvolvido no país, não sendo possível afirmar que esses conflitos foram frutos de má intenção. O fato é que havia dificuldade, tanto na época quanto atualmente, da existência de políticas mais autônomas e verdadeiramente brasileiras, que não orientadas por políticas hegemônicas (europeias; norte-americanas).

A pessoa a quem se pode referenciar a criação da primeira área protegida insular do estado de São Paulo, foi o professor e pesquisador Paulo Duarte, quem colocou pontos importantes que iriam basear a criação desta UC, como gerar estudos e ações na área da PEIC, tal como a instituição de um núcleo de pesquisa dentro do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – USP para dar base para estudos e ações na área do PEIC. (MENDONÇA, 2000)

Também segundo Mendonça (2000), a demanda de proteção da fauna, flora e dos sambaquis existentes e explorados na área, já existia para este pesquisador no ano de 1958, quando fora encaminhado para o então presidente da república Juscelino Kubitscheck.

Porém, o processo de proteção de todos os elementos requeridos no documento, só foi possibilitada com a criação de uma nova legislação, pois a anterior, (artigo 4º do código florestal de 1934) só dava conta da mata, sendo somente no ano de 1962, criada a lei federal nº 6884 que estabelece os Parques Estaduais enquanto “áreas de domínio público, destinadas à conservação e proteção de paisagem e grutas, da flora e da fauna.”

É de grande importância que esta área tenha resistido mesmo ao longo do período de ditadura militar, onde as ideias de desenvolvimento às custas do avanço de áreas, populações e comunidades tradicionais foi intensificado.

Porém é somente após a redemocratização do país e no ano de 1990 que a política de gestão das Unidades de Conservação (e não diferentemente no PEIC), começa a se humanizar, tornando-se mais inclusiva com as comunidades que vivem em seu interior, porém, isto ainda não garante o desenvolvimento das atividades da forma que seus ancestrais desenvolviam, mesmo que muitos avanços tenham iniciado.

O Parque estadual da Ilha do Cardoso pode ser citado como exemplo de gestão participativa e coletiva por parte tanto da gestão institucional, quanto da gestão das próprias comunidades que ali vivem e se organizam. O PEIC é um exemplo do que pode dar certo aliando as políticas ambientais, gestores conscientes da importância da preservação da natureza e dos conhecimentos dos povos tradicionais e comunidades organizadas e informadas sobre seus direitos.

1.2 A organização Caiçara no Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Os moradores na Ilha do Cardoso, em geral, se destacam no aspecto de organização coletiva, inclusive na organização e participação nos documentos que regem o Parque em que estão inseridos, apesar de uma parcela de seus moradores ter se mudado.

Segundo Rodrigues (2004), no cadastro de ocupantes da Ilha em 1998, consta a informação que 169 famílias ocupavam a ilha do Cardoso, mas que agora 67% destas vivem ali. Os outros 33% é composto principalmente por ex-moradores que buscaram outros meios de vida em função das restrições das suas atividades, mas os que permanecem, tem uma relação de organização muito potente.

Um exemplo desta organização é a participação no Plano de Gestão Ambiental, que foi o que assegurou a permanência de diversas comunidades em UCs, sendo de todos os Comitês de apoio a Gestão ambiental, segundo Rodrigues 2004 (p.197), a única Unidade de Conservação do Projeto de Preservação da Mata Atlântica que chegou a estabelecer uma rotina de reuniões

ininterruptas, desde o início do projeto, o Comitê diretor do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, o qual é composto por “quatro representantes do Poder Público e dez representantes da sociedade civil organizada” (RODRIGUES, 2004, p. 198).

Além desse exemplo de organização que se insere em meio institucional e que pode inserir no PPMA as demandas das comunidades existentes na Ilha do Cardoso, se destacam as atividades desenvolvidas que já eram desenvolvidas na comunidade da Enseada da Baleia (agora Nova Enseada), em evidência neste estudo, que, apesar das restrições, criam o espaço de representação caiçara, sendo esta identidade, referência na organização social.

Dentro desse aspecto, resalto a organização das mulheres do coletivo MAE (Mulheres Artesãs da Enseada), criado em 2011, após um curso de capacitação oferecido pelo ISA (Instituto Socioambiental) e que produz artesanato.

Por meio deste, foi possibilitado avanços para a comunidade, com destaque para o fortalecimento das relações dentro da comunidade; valorização da autonomia das mulheres da comunidade; a coleta de mais de 300 quilos de restos de redes inutilizáveis das praias; a conscientização ambiental; geração de renda e contribuições para a luta no novo território em que a comunidade se realocou após o processo erosivo (QUITO, 2007), além da consequente identificação dessas moradoras e moradores com a comunidade, criando um senso comunitário sólido e participativo.

Esta organização vem possibilitando a diversificação das atividades na comunidade da Nova Enseada e conseqüentemente nas alternativas para a geração de renda da mesma, como a aprovação pelo Programa de Ação Cultural da Secretaria do Estado - ProAc de mais um projeto, denominado “Unidos pela Tradição e Respeitando o Meio Ambiente”.

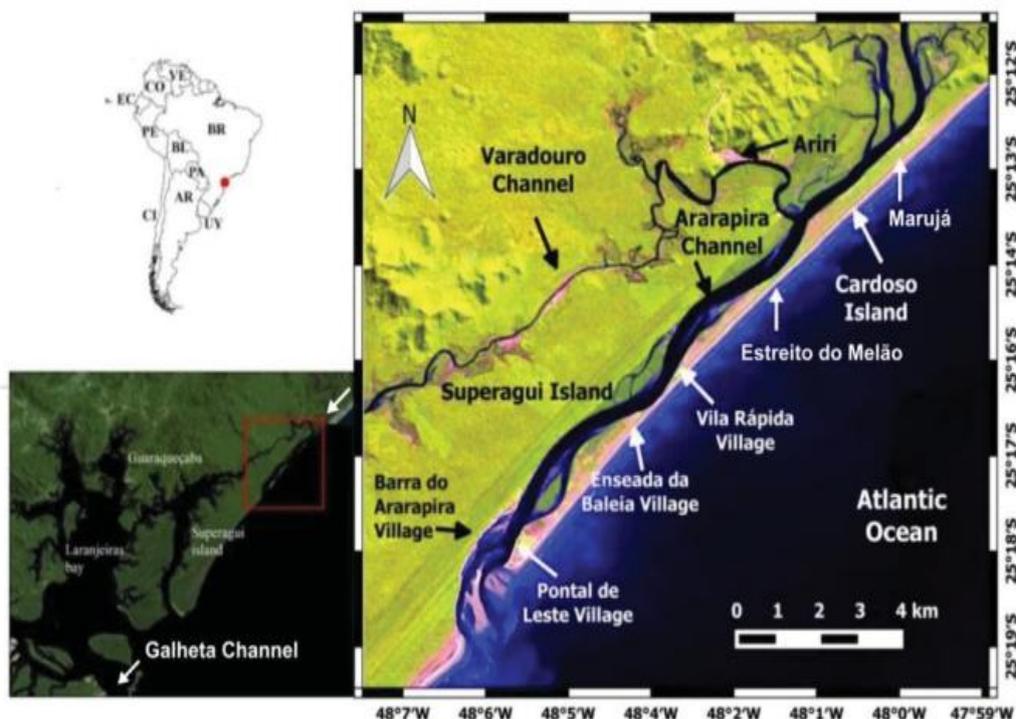
Isto que propiciou maior estrutura para a realização da ancestral atividade de secagem do peixe e a introdução da produção de mariscos, que tem sido mais uma alternativa para a geração de renda e a afirmação deste território coletivo. Assim, suas práticas ancestrais, cultural historicamente preservadas, na base de suas culturas não exclui a natureza, muito pelo contrário, se

desenvolvem dentro dela (GONÇALVES, 2006). Esta organização tem possibilitado avanços importantes, principalmente no que diz respeito ao processo de realocação, o qual terá suas previsões e consequências abordados a seguir.

1.3 O canal do Ararapira: abertura da barra, previsões e consequências

O que separa os estados de São Paulo e Paraná, e conseqüentemente, o que delimita o final da Ilha do Cardoso, é a Barra do Ararapira, mais bem localizada na figura 2 abaixo. Observa-se na imagem a vulnerabilidade ambiental, já que a antiga comunidade se localizava a aproximadamente 500m da Barra, que tem largura de aproximadamente 1km.

Figura 2: Localização do Canal do Ararapira



Fonte: ITALINI, 2009

Para a análise que se propõe, das previsões, riscos e consequências tanto ambientais quanto sociais que a abertura da Barra do Ararapira trouxe e ainda

pode trazer, é necessário partirmos da conceituação de Barras, que se caracterizam, segundo Fitzgerald (2009) como ambientes dinâmicos e complexos associados a estuários e lagunas costeiras. Elas sofrem variações de acordo com diversos fatores o prisma da maré; a sedimentação; a geologia; declive e energia de ondas e marés, além de também poderem ser influenciadas de acordo com a atividade antrópica.

Na Barra do Ararapira em questão, foram previstas alterações para nova década em já em 2002, através dos estudos de Mihály & Ângulo. Nos estudos das dinâmicas naturais, se destacam Mialy (2002), Ângulo, Sousa e Muller (2007) e Souza (2012), que propuseram pesquisas focadas no canal de Ararapira, os quais dão subsídios para o entendimento do rompimento dele.

Eles se basearam em diferentes metodologias para o entendimento da dinâmica da região, dentre elas, a própria medição topográfica através de trabalho de campo e a análise de fotografias aéreas, de intervalo de tempo variados, foram baseados nas análises morfodinâmicas como a ação eólica e as correntes oceânicas.

As previsões eram de que entre 2012 e 2016 haveria o surgimento de uma nova Barra, o que implicaria e implicou em diversas mudanças políticas e sociais, pois esta área pertence à administração de dois parques estaduais e abriga três comunidades tradicionais. Já se sugeria o rompimento do cordão arenoso denominado Ararapira, como podemos verificar na Figura 3, o que se concretizou no ano de 2017.

Figura 3: Previsão das áreas a serem (1) erodidas, (2) acrescidas e (3) assoreadas, após a abertura da nova barra do Ararapira



Fonte: ÂNGULO, SOUZA & MULLER (2009)

Os estudos citados já previam alterações sociais e políticas com a abertura da nova barra, porém ainda não se sabia a orientação da erosão. Caso fosse para nordeste, a comunidade em questão não sofreria tanto com os eventos, porém, acabou acontecendo com orientação sudeste, obrigando a realocação dela.

As consequências sociais e políticas foram delineadas neste estudo, mas em específico para a antiga comunidade da Enseada da Baleia, agora Nova Enseada, que tem conseguido de forma exitosa, lidar com a reterritorialização. Porém, como citado por Muller (2010), outras comunidades poderiam sofrer com os problemas decorrentes da erosão, podendo afetar comunidades que utilizam o canal como forma de locomoção, como a comunidade de Barra do Ararapira.

Os impactos ambientais também são previstos no sentido do desequilíbrio da fauna marinha, podendo afetar a atividade da pesca para as comunidades que dependem do canal e como traz Muller (2010, p 69), “haverá, portanto, um tempo de adaptação ao novo modo de pesca, podendo trazer consequências econômicas negativas para as populações lindeiras que tem na pesca artesanal sua principal garantia de sustento”.

O aumento da distância da desembocadura da barra onde é realizada a pesca pela comunidade anteriormente citada e a comunidade da Barra do Leste,

pode se desdobrar em maior gasto de combustível, deixando de ser uma atividade lucrativa e assim, podendo sofrer períodos de recessão ou de busca de novas alternativas de renda.

Do ponto de vista de legislação ambiental, haverá um período de adaptação quanto à delimitação dos estados de São Paulo e Paraná, já que são determinados pelo Mar do Ararapira, a recomendação legal é para o limite ser a nova desembocadura, o que fará com que o extremo sul do PEIC passe a ser considerado paranaense, agora pertencente ao Parque Nacional do Superagui.

Como em entrevista cedida pelas mulheres da associação MAE – Mulheres Artesãs da Enseada, essas atividades de agricultura realmente eram utilizadas pela comunidade desde quando relata de sua infância, onde faziam pequenas roças para o próprio sustento da comunidade, principalmente na área pertencente ao estado do Paraná, por ter terras melhores agricultáveis e que também, hoje delimitada como Unidade de Conservação.

Segundo o relato era desmatado um “pedaço”, mas agora é proibido fazer roça, só se pode plantar no quintal, onde muitas vezes a maré sobe e danifica toda a produção. As dificuldades são muitas para que se possa ter a subsistência através da agricultura, como mais bem relatado no trecho da entrevista abaixo:

[...] no plano de manejo consta que pode ser feito o uso da terra, mas todas as solicitações que foram encaminhadas, foram negadas. Plantamos na nova área porque temos autorização da CETESB para desmatar uma parte para cultivar, mas as outras comunidades não podem. O satélite pega qualquer área nova desmatada e notifica a Fundação Florestal que vem fazer a notificação. Comunidades já fizeram o pedido há dez anos e ainda não obtiveram a autorização. (informação verbal).

A necessidade de viabilizar todo o processo se dá por conta da impossibilidade de terem outra vida na cidade, Tatiana cita o exemplo de pessoas que viviam na Ilha do Cardoso e por falta de opções, união e criatividade precisaram deixar a ilha e ir para a cidade, agora vivem de forma também difícil em áreas periféricas (como o bairro do Aucarijo, localizado em Cananéia).

O medo de privatizações é presente na Nova Enseada, pois, estado pediu para a comunidade fazer vídeos sobre o turismo na comunidade, a qual se recusou, pois tem a autonomia para a gestão do turismo da forma como criaram. Também cobram dos moradores que contem para as pessoas que a Fundação Florestal realocou a comunidade para a nova área, sendo que a comunidade justifica que o estado apenas autorizou que ocupassem a nova área, não contribuindo em para a estrutura necessária para esta ação.

Agora que estão realocados na Nova Enseada e tiveram sucesso em suas práticas, a prefeitura de Cananeia entrou em contato para divulgar o artesanato produzido por elas, como moradoras de Cananéia. Recentemente também, a prefeitura enviou uma representante para fazer um relatório com os moradores, os quais também se recusaram a fazer.

Há total consciência de que os ataques virão de várias formas para os caiçaras, principalmente no estado de São Paulo, lugar onde ainda há grandes concentrações dessas populações, diferentemente do Rio de Janeiro, onde grande parte já foi expulsa de seus territórios, principalmente por conta do turismo e do setor imobiliário e no Paraná, onde sobram poucos remanescentes, que também sofreram processos de “migração voluntária” por conta da criação de Ucs e a falta de alternativas para sobreviverem e também por conta do turismo predatório feito por agências.

Com tantos desafios, fica o questionamento sobre a perseverança que esta comunidade caiçara tem em continuar buscando novas conquistas em seu território, essa perseverança se dá, segundo os próprios moradores em entrevista, pela possibilidade da autonomia sobre seu território, não tendo que obedecer a regras de outras pessoas ou de “patrão”, a liberdade e o senso comunitário são facilitados pela forma que vivem.

Mais à frente na história e próximo de onde nascem as preocupações deste estudo, a comunidade da Nova Enseada, viveu um novo e desafiador problema, com a necessidade da realocação preventiva diante do prognóstico de rompimento do canal do Ararapira. A questão em si se desenhava de forma dramática e as soluções oferecidas pelo poder público em duas: ou à integração em uma outra comunidade existente, ou a mudança para a periferia da cidade

mais próxima, problema enfrentado por muitas comunidades tradicionais que perdem seu território por diversos motivos.

Os moradores recusaram as duas propostas, porém, teriam pela frente uma grande batalha para conseguirem o direito de escolher um novo local, com o agravante de um momento político complicado em que povos e comunidades tradicionais tem vivido tanta instabilidade e deslegitimação de suas práticas e seus territórios.

O ganho do processo e assim autorização para que a comunidade e representada principalmente pela associação Mulheres Artesãs da Enseada pudesse autogerir sua realocação, veio somente após a intervenção ativista da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Ministério e Defensoria pública. Porém, apesar do ganho jurídico, não houve dinheiro público investido, gerando a necessidade de um chamamento à sociedade e os parceiros da comunidade para contribuírem de forma solidária com capital e mão-de-obra.

Os ganhos deste árduo processo, se dão principalmente em relação a união que se firmou entre os moradores da comunidade, das comunidades do entorno e até mesmo no exemplo de organização que se tornaram para os jovens, que se sentem mais orgulhosos de sua identidade. Porém, este vínculo apesar de mais fortalecido, não é novidade, a comunidade já vinha de uma ativa participação política.

2. Ação Política e Histórica

Foram muitas as questões que permearam o conceito de território para a presente pesquisa. A escolha desta categoria de análise se deu por abranger diversos usos e entendimentos, desde sua dinamicidade, a dimensão do poder e o reflexo de ações sociais. A união de tantos elementos, faz com a que a geografia cada vez mais se debruce a elaborar sobre as novas transformações do conceito e da sociedade e então, no ponto a seguir, será feita a reflexão sobre a utilização dele dentro da ciência geográfica e para populações tradicionais e Unidades de Conservação, bem como a evolução para dar conta de descrever a sociedade globalizada.

2.1 Geografia e Território

O conceito de território, escolhido como categoria de análise neste trabalho, passou por renovações importantes dentro da geografia. Anteriormente ele era utilizado concomitantemente com a categoria de Estado, elaborada por Friedrich Ratzel para expressar as unidades político-administrativas dos estados e já aí, nesta clássica concepção, trazendo a noção de poder e dominação. A recuperação deste conceito, se deu, neste sentido, segundo Becker (1983), trazendo o caráter multidimensional do poder e seu uso político, utilizando-se principalmente das ideias de Raffestin (1980), para argumentar sobre as várias dimensões do poder:

a geografia do Estado nação esconde os conflitos existentes em todos os níveis relacionais e constitui um fator de ordem, privilegiando o concebido em relação ao vivido. A análise das relações de poder se impõe para eliminar o determinismo da concepção unidimensional do poderio do Estado e superar a dicotomia concebido/vivido. (BECKER, 1983, p.7)

Sendo assim o território, o chão de múltiplos atores sociais, acima do poder do estado centralizador, ou seja, a dimensão do vivido, sendo o ele, então, determinado pelas relações econômicas e também regulado pelas relações políticas, gerado tanto pela prática social, sendo o Estado agora o mediador de tantas nuances territoriais e ainda o apropriador dos produtos gerados por esses territórios.

Essa renovação foi, provavelmente, impulsionada por um processo de repensar o território influenciado por processos capitalistas de cunho universal de convergência do tempo e da união da vida econômica e social, em um processo de mais valia em escala planetária (SANTOS, 2003). Desse modo, com o território entendido não mais essencialmente demarcatório, como as unidades político-administrativas, conforme síntese feita por Moraes (2013), mas sim dinâmico e palco de disputas e contradições, de acordo com os períodos históricos, com a apropriação deste conceito pelos marxistas.

Neste aspecto, o conceito de Território usado, pode ser visto como a forma mais completa de análise territorial atualmente, por fazer questão de entender o movimento da totalidade. Como já afirma ao elaborar sua teoria, Santos (2012, p 117), “a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer.” Assim, tem-se a possibilidade de trabalhar com a realidade objetiva e materializada, sem perdermos sua dinamicidade.

A totalidade territorial é a junção de várias materialidades desiguais de tempo, sendo sua funcionalidade dada a partir do uso deste território de acordo com as condições materiais e não materiais, sendo assim, em síntese, um conjunto tanto de objetos e ações, tanto de espaço humano, quanto de espaço habitado (SANTOS, 1999) e a investigação deste, é uma possibilidade importante para entender a realidade presente.

Território usado, foi então, uma categoria que revolucionou os estudos geográficos, pois em seu desenvolvimento Milton Santos, sem deixar de lado a preocupação material na qual o território é construído, acrescenta a contradição, presente na dialética materialista, propondo o entendimento de que o território é “o chão mais a identidade” (SANTOS, 2012).

Isto permite unir a geografia clássica e a geografia crítica criando uma abordagem abrangente e completa para este tipo de estudo, sendo o sinônimo de espaço geográfico, o que fica evidente, quando Santos e Silveira (2001, p. 247) orientam sobre como utilizar esta forma de análise “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho da política.”

Este envolvimento político na regência dos procedimentos de proteção e conservação é também um chamado para pensar as diversas utilidades deste território, os agentes hegemônicos ou tradicionais, seus potenciais e possíveis conflitos, refletindo através desses elementos, por que e para que, como e onde se dão sua utilização (SANTOS; SILVEIRA, 2001)

Além disso, Milton Santos dá o aporte para o uso de território usado para a análise sistemática da constituição do território, podendo ser tanto o espaço ocupado por um país e que, portanto, carrega o sistema de objetos e de ações, sendo esta, a forma privilegiada do uso, permitindo aplicá-la também em diversas escalas, como a ocupação de grupos sociais.

A capacidade relacional contida nesta forma de análise, dá condições para que o estudo possa seguir em direção a dimensão política desta realidade em específico, mas que faz parte de um contexto global político e, portanto, com disputas entre agentes e atores.

Para isso é importante delimitar o que ou quem são os agentes e os atores contidos neste processo. Deste modo, recorre-se à Steinberger e Amado (2006, p. 179), que explicam que “a cena do poder é ocupada pelos atores. Os agentes estão por trás, configurando os territórios, são os verdadeiros configuradores”, ou seja, os agentes são quem ocupam e/ou criam o território e os atores, são os que vivem e representam as relações de poder.

A totalidade é imprescindível nos estudos geográficos, pelo entendimento de que nenhum processo ocorre alheio a outro, ou seja, há além da dimensão humana, a dimensão física, econômica e global que agem simultaneamente. Diante disso, Silveira (2011 p.5) afirma que o território

constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o globo invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar (...)

Então, os limites e os usos nesses locais são redefinidos conforme os interesses e as condições. Por mais que se possa realizar uma leitura específica sobre ele, ao longo do tempo, esta pode e deve se modificar, podendo essa mudança do entendimento do território em questão na pesquisa, ter se

modificado com a delimitação como parque estadual e que agora pode servir a interesses econômicos, que pode ameaçar a vida tradicional existente ali, determinado por políticas de preservação ou de exploração mercantil dos recursos existente.

Assim, é evidente que a delimitação enquanto Unidade de Conservação é um tipo de poder usado pelo Estado, controlando as pessoas que vivem neste lugar e disciplinando o uso dos recursos, o que legitima ainda mais a identificação de determinado grupo, que acaba tendo que se unir ainda mais para se organizar e criar seu modo de vida. Surgem, deste modo novas relações sociais e novas formas também de poder. (HAESBAERT, 2009).

Para dar conta dos fenômenos contemporâneos, diversos e complexos, Haesbaert (2007) desenvolve conceitos derivados da ocupação territorial, os quais são de extrema importância neste estudo. Para ele, o território além da base teórica de “usado”, deve ser entendido através das múltiplas apropriações e manifestações, devendo “primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja etc.” (HAESBAERT, 2007 p. 3), sendo os controles impostos ou construídos no território, diversos de acordo com a cultura (e tudo que ela envolve) presentes nele.

Neste sentido, analisamos que a criação de uma Unidade de conservação obedece à uma política de âmbito mundial, mas que também, cada uma obedece à critérios de suas particularidades municipais, estaduais e federais, ou seja, diversos interesses estão envolvidos em sua criação e manutenção e a sua própria criação promove processos de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2010; SOUZA, 2010). Porém, no caso da Nova Enseada, o processo acaba sendo ainda mais diverso.

Há o esforço de entender o território em questão em sua totalidade, com os elementos trazidos por este aporte teórico, tais como as relações de poder estabelecidas e as relações que estas geram entre os atores presentes, de acordo com o tempo e o espaço, agora novo, mas carregado de referências antigas e as relações destes atores com a apreensão tanto econômica, quanto simbólica, histórica e até mesmo religiosa que definem o uso deste território.

A reflexão sobre os termos propostos por Haesbaert sobre as ocupações territoriais contemporâneas e que se encaixam neste estudo, vem do processo de globalização, que trouxe diversos entendimentos sobre esses territórios, com o destaque para a o caráter fluido deles, pois a nova organização do mundo, deixa as relações desenraizadas e, para isso, surge o conceito de desterritorialização. Porém este processo de desenraizamento, ou de desvinculação com o território, pode levar a outro, denominado por Haesbaert (2002) de reterritorialização, como explica

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma re-territorialização em outra. (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Para o presente estudo, essas categorias são bases imprescindíveis, já que a comunidade vive certa perda de seu território material, mas também de um território de afeição, gerando com isso muitas incertezas no novo local. Além disso, esses dois conceitos presentes na categoria de análise território, trazem para a Geografia outra renovação muito importante, já que pretendem dar conta de analisar as transformações contemporâneas, dotadas de complexidades.

Para Haesbaert (2004), esses conceitos são concomitantes, mesmo não existindo consenso de em que ordem ocorram, são de fundamental importância para entendermos as movimentações humanas.

Dada a abrangência desses conceitos para os estudos das organizações contemporâneas globais, eles podem ser usados em diversas escalas, segundo Ianni (1995 p. 93), tanto para a questão da globalização em termos gerais, que envolvam corporações e mercados monetários, quanto para os grupos étnicos e movimentos políticos, que transcendem as fronteiras territoriais.

Para Haesbaert (1999) a dimensão simbólica pode ultrapassar a dimensão concreta, num processo de apego à terra e ainda

apegar-se à terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Este caminho teórico traz sentido quando pensamos em povos e comunidades tradicionais em que o caráter da realidade material e objetiva do território é importante, por permitir a compreensão do apego à esta terra, que seria o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (mesmo antes de ser delimitado como tal) e as histórias e sentimentos carregados no processo de saída de um antigo território e chegada em um novo.

Refletindo a sobreposição de territórios e conseqüentemente de poderes, pensa-se a criação e manutenção (ou não) destes territórios com finalidade de controle social, sendo que esta territorialidade política, acaba incorporando “também as relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Ainda, o estudo através desta categoria, em sentido geral, segundo Haesbaert (2007, p. 23) “[...] é ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’” (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Território, além de poder, também imbrica diversidade, e esta diversidade, pode gerar novas geografias e entendimentos sobre o território, que muitas vezes, quando apropriado por determinado grupo, o recria no caminho inverso ao sentido funcional hegemônico, mas dão o seu significado a ele, como é o caso da relação estabelecida pelos moradores da Nova Enседа.

Para as reflexões sobre um território impregnado de uma cultura tradicional e sentido material e simbólico, um sobreposto ao outro, em que coexistem relações sociais e por isto técnica e meio natural, é viável que se busque uma definição que traga a união entre o material e o simbólico, a fim de

tentar delinear-lo. Para isto, a definição segundo Haesbaert (2004, p. 79) se encaixa neste contexto

[...] a partir da concepção de espaço como híbrido - híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "icnografias", ou o que melhor nos aprouver (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas, ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Em antítese à reflexão sobre re-territorialização e desterritorialização, que pode sugerir um caráter estático, existe multiplicidade de escalas que envolve os territórios de acordo com seus usos e sobreposição de poderes que se articulam e dão uma visão bastante ampla ao território, que nada mais são do que produtos da "materialidade e seus usos; usos que são as ações humanas trabalhadas e politizadas" (CATAIA, 2011, p. 121). Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando.

Ainda neste sentido, Haesbaert (2006, p. 121), traz mais elementos para o estudo e entendimento de território, destacando que existem variados territórios em diferentes escalas e que podem ser apropriados por grupos através de disputas e medição de forças:

O produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando.

Sendo assim, a categoria que permite maior aprofundamento das discussões sobre a Nova Enseada, é a de "multiterritorialidade", proposta por Haesbaert (2007), por permitir o entendimento tanto político (através das relações de poder exercidas, que podem ou não beneficiar os moradores), quanto simbólico (criada e recriada pela sua cultura através da dinâmica de seu modo de vida). Tal indissociabilidade, fica bastante evidente no estudo e nas entrevistas que serão citadas ao longo do texto.

O autor também reflete sobre várias modalidades existentes de multiterritorialidades, desde as mais excludentes tanto no sentido de fronteiras e povos; às mais resistentes a imposições externas; passando pelas mais funcionais como o Estado-nação; as flexíveis e as finalmente e efetivamente múltiplas, das quais, o estudo aqui, pode abarcar mais de uma delas.

A Nova Enseada pode ser considerada com uma multiterritorialidade flexível, ou seja, que permite uma sobreposição de territórios simultâneos, desde que possa expressar sua autonomia. Também se encaixa na definição de “efetivamente múltipla”, caracterizada por “uma multiterritorialidade em sentido estrito, construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais, multi-gestionários e multi-identitários” (HAESBAERT, 2007, p. 32).

As preocupações delimitadas no estudo, também e talvez, principalmente, são voltadas ao simbólico do passado que é carregado neste novo território, reconstruído; e os mecanismos que utilizam para a preservação da cultura com as mesmas referências territoriais.

2.2 Identidade

Identidades são fruto da construção social e existem em diferentes áreas do conhecimento que utilizam essa categoria de análise para seus diversos estudos. Mais recentemente, ela foi incorporada à Geografia Humana para entender a relação de um indivíduo com a coletividade, gerando uma identidade coletiva, que pode estar relacionada e ser criada a partir de diversos motivos, como a religião, etnia, entre outros.

Para Castell (1999, p. 23), a principal questão, vai além do entendimento da construção social da identidade, mas sim, para que, por que e por quem ela começa a existir. Para ele “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”, mas tudo isso é entendido pelos indivíduos e reorganizado por eles através de suas visões de mundo.

A questão que se deve ser levada em consideração a respeito dessa identidade, é a mutação que ela pode sentir e sente ao longo do tempo, já que nada permanece estático. É natural que seus indivíduos se reorganizem, reflitam e reajam a processos internos e externos, podendo adotar posturas mais abertas ou fechadas com seu entorno.

Como um exemplo a se citar no caso da Nova Enseada, destaca-se o isolamento que viviam anteriormente quando tinham sua própria faixa de mar para a pesca e agora, que a compartilham com outras duas comunidades, estabelecendo relações com estas para a utilização do mar e a compra dos produtos dos vizinhos, proporcionando maior integração entre as comunidades.

Para tanto, começa a ser incorporado na geografia o simbólico e o imaterial, já que “a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial.” (CHELLOTI, 2009, p. 171). Tanto para estudos em escala global, quanto em estudos como este, chega-se a mesma conclusão de que as identidades não podem ser totalmente apagadas e/ou homogeneizadas pelo processo de globalização, dada a complexidade envolvida, as resistências encontradas e o fato de o processo de globalização não atingir todos os territórios e povos da mesma maneira, apesar das massivas tentativas.

A relação dos povos e comunidades tradicionais, é um exemplo de resistência ao processo de homogeneização trazido através da intensificação das relações capitalistas e globalizadoras. Uma forma de se analisar a força dessa resistência, é através de suas identidades, sendo elas, fruto da relação estabelecida aqui, no caso da Nova Enseada, com seu território e construídas a partir do significado que atribuem a ele tanto subjetiva, quanto objetivamente, já que

toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] de forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Talvez o caminho de se pensar como se dá a cultura nesses territórios tradicionais, sendo ela um mecanismo importante de ativação e de elaboração da identidade, seja um caminho interessante de seguir a pesquisa dentro da ciência geográfica.

2.3 Cultura e Geografia

Até a metade do século passado, a geografia parecia bastante limitada no que se diz respeito aos estudos sobre cultura. Grande parte da contribuição desta categoria de análise para os geógrafos se deve à herança do pensamento de Tylor (1871), que considerava cultura tudo o que o não era inato ao homem e era transmitido e ensinado a ele: linguagem, práticas, técnicas, conhecimentos e crenças.

Estudos desenvolvidos posteriormente nos países de língua inglesa, começaram a trazer um caráter menos romântico para cultura, do o que o primeiro proposto por Tylor (1871). Podemos citar como exemplo atual, ela sendo apropriada por certo grupo para dominar grupos subalternizados de acordo com seus interesses, o que vemos claramente acontecer por meio da cultura hegemônica que através do processo de globalização, tenta uniformizar, apagar e sobrepor sua cultura perante outras.

É defendido que apesar do interesse do entendimento subjetivo nas relações em determinado espaço, a geografia cultural não se separa das demais áreas de estudo, porque nas relações econômicas existem culturas que a regem, também na política, onde “o poder sempre tem dimensões culturais” (CLAVAL, 2011, p. 14).

Assim dizendo, é necessário entender a cultura dentro dos estudos geográficos, como se pretende fazer neste estudo, aliando resistência, cultura e identidade a este território tradicional, buscando “entender o papel da cultura no conjunto dos fenômenos geográficos” (CLAVAL, 2011, p.14) que acontecem neste recorte espacial.

Finalmente, existem pontos propostos por Claval (2011) para delimitar a cultura e assim, dar base para o estudo geográfico através dela, que são de essencial importância também para este estudo e sob os quais, pretende-se desenvolver, para que se chegue próximo do entendimento de como os Caiçaras desenvolveram sua cultura ao longo do tempo.

É importante destacar que neste estudo em Geografia cultural, a atenção no indivíduo é central, porém “ele é uma construção ligada ao processo de transmissão das práticas, das atitudes, dos conhecimentos e das crenças” (CLAVAL, 2011, p. 16), ou seja, para o autor, estas pessoas recebem a sua cultura, que pode ser transmitida de diversas formas (pela linguagem oral; escrita; gesto; mídias sociais mais modernas) e de acordo com a necessidade ou processos de transformação dos mais diversos, a modificam, deixando claro o caráter dinâmico da produção da cultura.

No caso da comunidade da Nova Enseada, podemos citar como exemplo desta dinamicidade, a questão de como conseguiram adaptar suas práticas tradicionais, sem que sua essência fosse perdida. No passado, por exemplo, já trabalhavam com a produção do *peixe seco*, porém agora, conseguiram não só preservar esta tradição, como também expandi-la e promover maior geração de renda, através dos editais que fizeram parte, da compra do pescado de outras comunidades vizinhas e do foco que dão em meses específicos do ano para esta atividade, demonstrando resistência e identidade através de suas práticas tradicionais, adaptando-as a transformações trazidas pela modernidade.

Neste ponto, é possível concluir, através de Claval (2011), que o lugar onde essa cultura é criada e transformada, faz bastante diferença, sendo este local um fato estratégico para a transmissão da cultura e da criação do indivíduo. Ou seja, manter-se dentro de seu território tradicional, mesmo que agora em processo de reterritorialização, é importante para que as atividades tradicionais continuem sendo transmitidas e desenvolvidas, pois este território dá a base material e, portanto, as condições para a preservação da identidade e da cultura.

Ainda, sobre a cultura, destaca-se o caráter social, coletivo, pois o reconhecimento do indivíduo dentro do grupo que está inserido é importante, ou

seja, existe a construção de uma “consciência comum” (CLAVAL, 2011 p.17), para que determinado grupo comece a existir ou se mantenha existindo. Deste modo, o estudo através da Geografia Cultural, é sempre de caráter sociocultural, e pretende, por isso, entender o nascimento do sentido da identidade de determinado grupo, necessário para a construção do indivíduo, tendo assim, certa relação dialógica entre o sujeito e sua construção pessoal e o grupo e a identidade dele.

É interessante destacar neste estudo, que a comunidade da Nova Enseda, além da identidade Caiçara, que a atribuem pela ligação com o mar e a pesca, também tem graus de parentesco entre si, o que pode facilitar ainda mais a ligação enquanto grupo. Neste aspecto, Claval (2011, p.17), conclui que “os sujeitos enquanto seres sociais, passam anteriormente pelo nascimento do sentido de identidade”. (CLAVAL, 2011, p. 17).

Sendo esta identidade bastante complexa, porque é tanto individual quanto coletiva e uma forma de explicar como grupos se entendem como tais, é pelo “encaixamento das identidades coletivas”, esta identidade cultural, varia de acordo com a experiência de cada um tanto com a família quanto com o que os circunda, sendo ensinada ou apreendida, uma identidade imaginada.

Um ponto interessante a se observar, é a ligação que prevalece com o território tradicional, mesmo em tempos de desvinculação sofrido por vários povos com a identidade cultural que possuíam anteriormente, por consequência dos processos de modernização que caminham junto com a globalização, trazendo outras formas de desterritorialização e, portanto, de reterritorialização.

Isso não se aplica, de forma tão agressiva, à comunidade em questão, que mesmo com a perda de seu antigo território, por conta da erosão marítima, se reterritorializou em outro local próximo e manteve as atividades tradicionais que já desenvolviam, demonstrando a força de sua cultura e identidade com o grupo que do qual fazem parte e preservando os saberes Caiçaras que formam transmitidos durante tantos anos.

Esta perspectiva de estudo, leva ainda em consideração a questão do reconhecimento do grupo pela leitura que eles fazem da realidade, ou seja, da “proximidade que isto cria com aqueles que tem o mesmo papel” (CLAVAL, 2011,

p. 18). O pertencimento vem daí - da comunicação que estabelecem entre si e a semelhança entre interesses e problemas e similaridade dos caminhos que encontram para a resolução deles - além de como se colocam nas relações institucionais, suas divisões de trabalho e a busca por um ideal que é compartilhado.

Segundo Claval (2001, p.18) “essas estratégias são concebidas em função das representações e de modelos de que cada um é portador, em função de seus sonhos e suas aspirações”, observa-se no caso da pesca, tão importante para eles, que agora necessita ser pensada e negociada com outras comunidades, dada a necessidade de compartilhamento da mesma área de pesca, e tem que ser feita no novo território.

Para isso, tem-se utilizado o pensamento coletivo para que consigam socializar os ganhos, pois apesar de serem comunidades distintas, partilham a identidade Caiçara e vivem na mesma ilha.

A comunidade da Nova Enseada, partiu do princípio de dialogar com as comunidades do entorno, que comprando o produto delas, podem, beneficiá-lo e garantir a pesca e a geração de renda para todos, muito mais estruturado do que quando cada comunidade pescava e vendia seu produto na cidade separadamente.

Com a recessão vivida pela crise acentuada pela pandemia da Covid-19, esta separação repartia prejuízos e não ganhos, que agora com o modelo adotado, tem sido benéfico para todas as comunidades e para a população que tem recebido o produto e que anteriormente estava desassistida.

Isso tem sido um exemplo para enfrentar a negligência governamental, mas que também escancara a necessidade de comunidades como estas de desenvolverem atividades próprias para superar a falta de preocupação por parte do poder público na criação de um planejamento para lidar com povos e comunidades tradicionais.

Estas estratégias refletem também, o esforço que esses grupos travam para seu reconhecimento, através de “ações visíveis com forte carga simbólica” (CLAVAL, 2011, p.19), questão que é bastante refletida, sobre as dificuldades

em resistir aos processos de modernização, ou seja, os povos e comunidades tradicionais estão em constante trabalho para o seu reconhecimento e respeito por parte da sociedade globalizada.

É importante notar que este não é um exemplo isolado. Todas as comunidades tradicionais brasileiras e provavelmente ao redor do planeta, estão em constantes disputas territoriais e reafirmação de seu território, que sofrem constantes investidas de modernização.

Tal processo tenta desacreditar os povos para, assim, tomarem seus territórios em detrimento do desenvolvimento, transformando-os, seja em área cultivável para a monocultura, servindo à especulação imobiliária, ou como no caso do PEIC, ameaçando com a construção de hotéis de alto padrão para servir à uma classe determinada, regredindo assim os anos de avanço das políticas ambientais brasileiras, assunto que será explanado posteriormente.

Mais especificamente e talvez filosoficamente, a construção de uma identidade ou a cultura, pode ser atribuída a forma como cada um observa o ambiente, imagina e compartilha com os seus. Esta imaginação orienta a ação desses indivíduos, ou seja, ao criar um sistema de crença ou mesmo ideológico, os Caiçaras trazem a “dimensão normativa à vida social, dirigem a ação humana e conduzem a criação de um futuro melhor” (CLAVAL, 2011, p. 19), seja nesta realidade material, ou criando outras realidades, através da imaginação e dos sonhos.

Sem esse sistema, a vida em comunidade não seria possível e está em constante modificação de acordo com as influências e vivências dos indivíduos que fazem parte desta coletividade.

Por mais que percebamos certa estabilidade quando analisamos determinada cultura, como a Caiçara, que preserva tanto seu lado pescador, quanto lavrador ao longo de gerações, precisa-se destacar o caráter evolutivo e, portanto, móvel deste povo, composto por pessoas que partilham os mesmos valores e a mesma fé, têm o sentimento de compartilhar sentimentos importantes. “Eles têm o sentimento de pertencer a mesma unidade, a mesma cultura” é, portanto, neste ponto que a cultura, deixa de ser uma forma de

analisar a comunidade e passar a ser a base de uma ideologia. (CLAVAL, 2011, p. 20).

2.4 Políticas ambientais no Brasil

As políticas ambientais atualmente no Brasil, que dão base para a gestão das Unidades de Conservação, recebem elogios mundiais pela sua criticidade e preocupação com a inclusão de todos os envolvidos em determinada área para a sua elaboração, porém, vale ressaltar, além das leis citadas a seguir, a aplicabilidade ou não das mesmas, principalmente neste novo período de retrocessos ambientais e desvalorização de povos e comunidades tradicionais enquanto discurso institucional no país.

É necessário neste estudo, se conceituar o que são as Unidades de Conservação e para que elas foram criadas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), elas:

[...] são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. (BRASIL, 2020)

Sobre as populações tradicionais que ali vivem e para as que vivem em seu entorno, o Ministério assegura que é permitido o uso de seus recursos desde que de forma racional, ou sustentável, ainda, essas áreas, segundo a mesma definição do MMA, 2002, “estão sujeitas a normas e regras especiais. São legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e, quando necessário, consulta à população.”

A Unidade de conservação, aqui estudada, foi criada através do Decreto Nº 40.319 de 03/07/1962, abrangendo uma área de 13600 hectares e se trata de um Parque Estadual, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC). É gerenciado pela Fundação Florestal, e possui dois núcleos, o Perequê e o

Marujá, os quais são habitados por famílias que estão no local anteriormente à demarcação do mesmo como Unidade de Conservação.

O conflito principal se dá pela criação das Unidades de Conservação - UCs no Brasil e em países desenvolvidos, com a justificativa válida de controlar as modificações ambientais em curso, pelo modo de produção e desenvolvimento industrial, que vem devastando as áreas naturais.

Esta concepção, então, visa a proteção dos recursos naturais e originalmente não prevê o uso dos recursos de forma sustentável nas áreas delimitadas como UCs e é fundada no que Diegues (2001) denomina como “Neomitos”, que seriam áreas naturais intocadas e que, porém, segundo Ellen (1989, p.143) “a natureza em estado puro não existe”. Através desse mito de natureza intocada, ainda “parece renovar-se o mito do paraíso terrestre perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden” (DIEGUES, 2000, p. 86). Esta é então a orientação para a ciência da conservação dos lugares até os dias atuais.

O modelo de UC no Brasil, apesar de tolerar comunidades já existentes nas áreas que se tornaram protegidas, tem um caráter bastante excludente, pois quando não garantem a forma de vida que costumavam ter para realizar suas atividades e consequente geração de renda, provoca a “migração voluntária” de muitas dessas populações.

Isso pode gerar outro potencial conflito, que é a mudança desses povos para áreas periféricas de outros centros, endossando o número de desempregados, muitas vezes e com o diferencial da dificuldade dessas pessoas com um modo de vida muito particular, não se adaptarem a nova moradia e forma de viver.

Pois para eles, “os lugares são centros atribuídos de valores e sentimentos, que podem ser desde a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria, de forma que esses espaços revelam uma representação diferente para cada um dos sujeitos nele existente.” (TUAN, 2012, p.19).

Sendo assim, os conflitos em decorrência da sobreposição desses territórios, podem ser intensificados por diversos motivos e estes, levam até

mesmo a aceleração do processo de degradação ambiental, pois as comunidades tem papel fundamental na conservação da vegetação, comprovada em diversos estudos, este processo de aceleração da degradação do ambiente é sintetizado por Conti e Furlan (2006, p.64) através dos pontos descritos abaixo:

as teorias econômicas dos anos 1950 que preconizavam a maximização do benefício monetário sem preocupação com a renovação dos recursos; O predomínio de interesse privado de curto prazo sobre o interesse público de longo prazo; A planificação e a gestão fragmentária e setorial dos recursos naturais sem levar em conta suas interações com os níveis: ecológico, social e econômico e A não inclusão do homem no ecossistema [...]

As populações tradicionais em geral no Brasil sofreram bastante com o modelo preservacionista imposto sobre seus territórios e a via encontrada tem sido sua organização, como afirma Diegues (1986, p. 91):

Hoje, já existe uma maior visibilidade social das populações tradicionais que vivem em áreas naturais protegidas. Em alguns estados, como São Paulo, Amazonas e Pará, elas começaram a se organizar em associações locais, mobilizando-se e reivindicando das autoridades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) seus direitos ao território ancestral, ao seu modo de vida e às suas tradições.

A intenção de preservar a natureza é válida e não havia muitos modelos na época para que pudesse basear as leis e ações impostas às áreas naturais, agora protegidas. Porém, o que incomoda é a falta de senso de localidade, ou seja, de se pensar no contexto latino-americano e sobretudo brasileiro, onde as comunidades tradicionais, sejam elas indígenas, ribeirinhas, quilombolas ou no caso aqui estudado, caiçaras, tiram seu sustento das úmidas florestas e vivem em simbiose com a mesmas.

Não excluindo a crítica à romantização dos povos tradicionais, porém, dentro desta simbiose, “a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível para as culturas portadoras desse pensamento bioantropomórfico.” (DIEGUES, 1986, p. 92)

Os números quanto a moradores dessas áreas naturais no Brasil também contribuem para a incompreensão da exclusão dos mesmos nas políticas ambientais, segundo estudo realizado pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações, Humanas e Áreas Úmidas - Nupaub trazido por Diegues (1986) e Viana (1995).

Cerca de 83% dos parques nacionais federais e cerca de 35% dos parques estaduais têm moradores em seu interior. A porcentagem de estações ecológicas com moradores também é alta (cerca de 60%). São Paulo tem aproximadamente 26 mil moradores e o Rio de Janeiro cerca de 9.500 pessoas vivendo no interior dos parques, o que dá uma ideia da dimensão da questão.

As problemáticas gerais, giram em torno, então da realidade de sobreposição dos territórios, sendo cada um deles gerido por leis específicas, sejam elas institucionais ou comunitárias, que em geral tem dificuldades de coexistirem, apesar de na prática, atualmente, se comparada à outras situações e comunidades, viverem de forma pacífica e colaborativa como já citado anteriormente, porém, com grande insegurança quanto ao futuro, não tendo isso relação com a gestão do PEIC em si, que tem garantido a existência desta e outras comunidades com bastante sensibilidade e diálogo, mas sim por conta do avanço das políticas neoliberais.

2.5 Retrocessos ambientais

No sentido de expor as contradições permeadas pelos avanços legislativos ambientais brasileiro e sua falta de aplicabilidade, propõe-se nos próximos parágrafos uma reflexão sobre este tema durante a história recente do Brasil, para que se entenda melhor as ameaças que podem estar suscetíveis as comunidades tradicionais como a da Nova Enseada.

O retrocesso normativo das leis ambientais, não é um fenômeno que acontece apenas no Brasil, na verdade ele está muito bem ancorado às políticas neoliberais, que nada mais são do que como o sistema capitalista se expressa na economia, com a descentralização do poder estatal. Este, atualmente

exercido pelas empresas multinacionais e não deixando o meio ambiente fugir da regra, os recursos naturais estão, agora de forma mais evidente à serviço dos interesses de mercado.

O caráter de liberdade do neoliberalismo é evidenciado pelos seus defensores e propagandeado pela mídia, como um meio de oportunidade para o desenvolvimento individual, mas que na verdade, colabora para a manutenção de privilégios e desigualdades e que “tem se mostrado altamente novo para a grande maioria dos seres humanos e para a própria estrutura do Estado Democrático de Direito” (LIMA; GARCIA, 2014, p. 275), o que também se reflete nos povos e comunidades tradicionais, que vem sofrendo um processo de difamação e exclusão ainda maior.

O caráter fluído do mercado, à serviço do neoliberalismo, não garante mais o poder decisório à sociedade, que se enxerga excluída deste processo, e o poder não deixa de existir, pelo contrário, troca de mãos. Isto se exprime na população que não se enxerga integrada neste processo, contribuindo para o avanço de políticas que flexibilizam os direitos garantidos por lei. Disso se tira o exemplo dos povos e comunidades tradicionais, que em sua maioria, são a resistência coletiva, ponto que será abordado mais à frente.

Nessa perspectiva, Lima e Garcia (2014), já concluem que a política ambiental no Brasil, depois de muito progresso, mesmo que em teoria, na atualidade “passou a sofrer abalos e retrocessos normativos [...] demonstrando uma verdadeira tendência de diminuição, descaracterização ou eliminação dos padrões de proteção ambiental já alcançados” (p. 273)

Desta forma, “a globalização e o neoliberalismo estimulam a redução de direitos, a flexibilização de normas e, conseqüentemente, provocam retrocessos normativos” (Lima; Garcia, 2014, p. 279) em linhas gerais, este processo tem promovido um retrocesso em todos os âmbitos do Estado brasileiro, seja no âmbito das leis trabalhistas, seja na proteção da natureza e das pessoas, observando não apenas com isso a volta ao ponto anterior, mas uma volta que propõe estratégias ultrapassadas e negativas, que se reflete em dispêndio social, político e ambiental.

As leis ambientais brasileiras como já visto, seguiram tendências mundiais para se elaborar e tiveram como marco normativo, a Lei Federal nº 6.938/81, sendo a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e mesmo que já neste período enfrentássemos os interesses internacionais de exploração de nossos recursos, foi garantido por esta lei, a sustentação de um Direito Ambiental brasileiro, composto por normas e princípios garantidos pela Constituição Federal que garante a proteção equilibrada ecologicamente do ambiente, o que na atualidade, na contramão da preocupação mundial com o ambiente, tem retrocedido.

O desenvolvimento das forças produtivas no Brasil e a ascensão social, criaram demandas maiores por recursos para bens de consumo, o que fez a economia despontar como uma das protagonistas internacionais, porém, que segue a tendência também internacional de pressão sobre o meio ambiente, que necessita de “um reforço dos mecanismos de proteção ambiental em especial de natureza jurídica” (LIMA e GARCIA, 2014 p. 281)

O caráter homogeneizador do neoliberalismo, além do atropelo das leis ambientais de proteção, acaba se desdobrando no apagamento de diversas culturas que dependem deste ambiente para sobreviverem, ultrapassando então a fronteira da acumulação, principal traço do capitalismo, já que atinge a cultura de diferentes povos, que são “submetidos a valores e ideologias uniformizadoras, subordinantes e que produzem hordas apáticas de cidadãos desvinculados da política, uma vez que impedidos de se manifestar ou porque sua participação é considerada irrelevante.” (LIMA; GARCIA, 2014, p. 286)

Neste sentido de propaganda, no âmbito da distribuição e produção de alimento, questão fundamental para muitas comunidades, o discurso neoliberal, ainda, propõe instabilidade para pequenos produtores, já que fantasia que grandes latifúndios e empresas são as responsáveis pela circulação dos alimentos e por isso, este tipo de produção deveria ter restrições ambientais flexibilizadas, o que ao invés de erradicar a fome, aumenta a concentração de capital –e de terras- além de degradar o ambiente através da monocultura.

Este caso é sentido pela população da Nova Enseada, que ao trabalharem o peixe, tornando-o um dos principais responsáveis pela sua renda, denominado

“peixe-seco”, atribuem um preço que dê conta de garantir a sustentabilidade do processo, tanto para os pescadores tradicionais, quanto para as famílias que trabalham nesta atividade.

Porém, o grande mercado já se apropriou desta produção em larga escala e consegue vender por um preço mais baixo, mas que provavelmente não é produzido da mesma forma cuidadosa com os recursos e pescadores.

Neste sentido, são várias as ameaças que o meio ambiente sofre atualmente e com ele, as populações que dependem deste para seu sustento. Atualmente tem sido mais possível enxergar com clareza a velocidade e intensidade que isto tem se materializado, porém, a degradação ambiental e a ignorância às leis ambientais não surgiram no governo Bolsonaro.

A reunião ministerial que foi exibida em abril e 2020, evidencia o caráter entreguista e predatório das políticas neoliberais no Brasil, quando o Ministro do Meio Ambiente, propõe que irá se aproveitar do período da pandemia da Covid-19, para “passar a boiada”, em alusão ao aumento da fronteira agrícola, com a flexibilização das leis ambientais e a vista grossa quanto à fiscalização da atividade agrícola, mesmo em áreas de preservação, que poderá ser facilmente escondido neste período. Mas o fato, como é exposto pelo Instituto Socioambiental – ISA em artigo publicado em 10 de julho de 2020, essa “boiada” já estava passando em 2019.

O Ministério Público federal solicitou o afastamento do Ministro por improbidade administrativa, pois segundo investigação da instituição, o mesmo, desde 2019 já agia de a de forma a contribuir para o desmonte de normativas dos órgãos ambientais, concretamente, essas ações segundo reportagem do ISA (2020) “dificultaram a transparência e a participação social e comprometeram seu orçamento e ações de fiscalização, com testemunhos diretos de ex-coordenadores do IBAMA.” Sendo assim, o desmonte das políticas ambientais já começaram a ocorrer antes de 2020 e a pandemia da covid-19.

Tem sido uma época tenebrosa também para as políticas ambientais brasileiras, coincidentemente na mesma época em que o SNUC, que simbolizou e praticou avanço tão importante e efetivo na proteção para as áreas protegidas do país, comemora seu 20º aniversário e atravessa as piores dificuldades desde

sua criação, “trata-se do desmonte do tão arduamente construído SNUC. Sob a batuta ensandecida de Jair Bolsonaro e Salles, nossa biodiversidade foi alçada a maldição” (ISA, 2020).

Além disso, foi concluído que o governo reduziu a participação social e a transparência na área ambiental, através de um estudo publicado por pesquisadores do Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Instituto Socioambiental e Artigo 19 (ONG internacional pela liberdade de expressão e acesso à informação).

Este estudo se dividiu entre o tema de transparência e participação social e nele, são apresentadas comparações entre os períodos de 2017 a 2019, que aponta que houve queda de 78% de respostas satisfatórias perante aos pedidos referentes a Lei de Acesso à informação, no ano de 2019.

Para se ter uma base de comparação, este número no primeiro período era de mais de 70%, enquanto no ano de 2019, passou a ser de pouco mais de 15%. Isso demonstra uma queda significativa quanto a informação cedida pelo atual governo quanto as modificações ambientais, inclusos nelas, desmatamento; queimadas; sucateamento de Parques Nacionais e Estaduais, além dos povos e comunidades tradicionais.

Esses dados são imprescindíveis que sejam de conhecimento público e de organizações e ambientalistas, para que se possa organizar as estratégias de conservação, além da divulgação e estão agora encobertos, dando margem para que o avanço da destruição ambiental aconteça longe dos olhos da sociedade.

A divulgação desses dados e informações, pode ser importante para que a população possa acompanhar os passos das políticas ambientais, além de aumentar a produção de estudos que contribuam para que essas políticas melhorem, segundo uma das coordenadoras da pesquisa.

Ana Gabriela Ferreira, uma das coordenadoras da pesquisa, que ainda defende que as políticas públicas devem ser geradas a partir de dados comprovados e pesquisadores e organizações que tenham condições e conhecimentos para tal, ao inverso do que temos visto atualmente: políticas

ambientais que excluem estudos e se baseiam em demandas de mercado e devastação da natureza, ou seja, negacionistas em relação a todo conhecimento gerado tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Este estudo conclui então, que desde 2019 houve desmonte nas estruturas que gerem as políticas ambientais brasileiras, num total de 22 (vinte e dois) órgãos que foram alterados ou até mesmo extintos, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), sendo mantidos inalterados apenas nove dos colegiados responsáveis.

O que afetou diretamente a área de estudo em questão, foram alterações efetuadas no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), órgão referenciado internacionalmente nas questões ambientais, ações essas, que permitiram que o governo federal modificasse regras de proteção ambiental a partir de da revogação de resoluções que geriam a política de preservação, a partir de setembro de 2020, tais como a proteção de mangues, restingas e mananciais, além da flexibilização do processo de licenciamentos ambientais. Porém, apesar da insegurança, esta questão foi revogada.

Todas as questões expostas, são claramente um retrocesso tanto ambiental, quanto social e também político, no que tange as relações internacionais sobre meio ambiente. Em parâmetro de comparação no período entre 2007 e 2011, os avanços das políticas ambientais brasileiras, representaram mais de 50 milhões de hectares protegidos em Unidades de Conservação tanto federais, quanto estaduais, segundo o Instituto Socioambiental, sendo criado também nesta época o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que garantiu respeito internacional e efetiva proteção, gestão e fiscalização de diversas áreas de preservação.

Atualmente, temos observado o inverso deste olhar: onde antigamente os crimes ambientais como desmatamento, invasão de terras tradicionais e queimadas se não eram exceção, era enxergado com maus olhos pela sociedade e mesmo pelo discurso governamental.

Hoje esses crimes são a regra e fazem parte da expressão do governo federal, o que acaba sendo naturalizado por grande parcela da população que

passa a entender a proteção ambiental como um entrave para o desenvolvimento econômico do país, como já falado, dando base para o discurso neoliberal vigente e propagandeado.

2.6 Desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais

A questão da sustentabilidade, é um tema polêmico e que vem ganhando espaço nas discussões em trabalhos com temáticas ambientais, inclusive dentro da Geografia. O conceito em si, nasce de forma problemática, com a tentativa de encobrir através de um discurso ambientalista a escala de produção e consumo, que visivelmente estava (e continua) gerando danos ambientais.

A visível crise do modelo capitalista busca estratégias e respostas, tanto para a crise ambiental, quanto para reformular o sistema, tendo então grande vazão o discurso da sustentabilidade, tanto em nosso cotidiano, quanto nas normativas legislativas ambientais.

A problemática, gira em torno da associação de desenvolvimento com sustentabilidade, que inclusive é a junção das duas palavras que criam a ideia de consumo consciente, através do “*desenvolvimento sustentável*”. Esse conceito, nos anos 1970, começa a busca para manter as práticas produtivas com a mesma intensidade, porém, com mais atenção às políticas ambientais, podendo-se concluir desde essa época, que o que se almeja efetivamente através deste conceito é a manutenção do desenvolvimento com menor uso de recursos.

Apesar de usos anteriores, a sustentabilidade, vem como vem sido usada atualmente, foi melhor elaborada após o relatório gerado na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente em 1987, denominado “Nosso futuro comum” ou “relatório Brundtland”. Na época, já se gerou a definição mais conhecida e divulgada até nos meios pedagógicos, sendo o desenvolvimento sustentável, aquele que supre as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras e que segundo Fonseca (2005), os trabalhos gerados a partir daí, buscavam a ótica da cooperação internacional.

Segundo Layrargues (1997, p. 8), o que se trazia para a reflexão a partir deste ponto de vista do desenvolvimento sustentável, é que o planeta Terra tem recursos finitos e por isso, deveria preservá-los para que as próximas gerações não sofressem com a escassez dos mesmos e nessa busca, as demandas por preservação deveriam ser comuns a todos de forma igualitária.

Esta questão de considerar todos os habitantes do planeta como iguais responsáveis pela degradação ambiental, exclui a questão histórica que nos trouxe até aqui, ou seja, quem foram de fato os responsáveis. Neste sentido de culpabilizar a sociedade civil em detrimento das forças produtivas, pode gerar confusões quanto ao uso e à apropriação do termo, principalmente na periferia do sistema capitalista, lugar em que nos localizamos.

Gonçalves (2006, p. 48), afirma que 20% dos mais ricos do planeta, é responsável pelo uso da maior parte dos recursos naturais e neste sentido fica claro, que não é a periferia do sistema e os povos tradicionais com o uso mínimo dos recursos naturais praticamente para sua subsistência os responsáveis pela degradação ambiental, como nos faz crer o Relatório Brundtland, porém, a conta ainda recai sobre nós, seja na forma de formulação de leis ambientais em unidades de conservação, ou nos vendendo a ideia de igualdade também na responsabilidade pela utilização dos recursos e da enorme dívida ecológica.

É fato que ao desmontar este discurso de desenvolvimento sustentável, nos sentimos injustiçados e por isso, podemos tender para o uso indiscriminado dos recursos em nossa vida cotidiana com a justificativa de que não somos responsáveis pelos problemas decorrentes da degradação ambiental acelerada por nossa geração e pelo sistema produtivo predatório, porém, neste sentido, devemos manter a ética quanto ao uso dos recursos, impactando ou não o meio ambiente, devemos em nossas ações individuais, ainda assim, preservá-los.

Neste sentido, ainda, há a dialética da união das duas palavras em um conceito, pois o que compreendemos como desenvolvimento, significa até de forma literal no dicionário “expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor”, neste sentido, Daly (2004) traz que, este não é um movimento natural e, portanto, para o autor, só é possível aliar esta lógica de desenvolvimento com sustentabilidade se

entendermos este desenvolvimento como algo parado que busca apenas incorporações qualitativas da base econômica existente e não que busque expansões, como o que temos visto se desdobrar com o avanço do modo de produção.

Ainda destacando a contradição do próprio sentido do conceito, Acsehrad e Leroy (1999, p. 21), trazem a crítica à sustentabilidade como algo mais quantitativo do que qualitativo. Em linhas gerais, trazem exemplos de como para a diminuição do impacto de determinada fonte poluente, se necessita utilizar determinada tecnologia.

Este processo culmina em duas contradições, a primeira que a somatória final de energia e poluição poderia ter o mesmo impacto que anteriormente, ainda incorpora técnicas novas, apoiadas no discurso de que são necessárias para a preservação ambiental, podendo assim, capilarizar cada vez mais através do discurso a utilização de inovações tecnológicas que perpetuam o padrão de dominação por quem tem mais técnica aos que não as possuem.

Portanto, é interessante entender a intencionalidade do desenvolvimento sustentável, se ele deve ser utilizado para entender os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais e de que forma ele pode ser utilizado para manter o status quo, sendo então este conceito e sua utilização permeados por contradições, próprias do avanço do neoliberalismo.

Ao passo que o termo foi desenvolvido e apropriado de diversas maneiras, ele também foi e ainda é pelos mais idealistas, fonte de esperanças de transformação do modo de produção, que possa pelo menos, gerar menores impactos, enquanto não se modifica por completo.

Assim, através da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), permeada pela busca de soluções de enfrentamento à crise ambiental globalizada, buscou-se, com base na sustentabilidade, soluções em nível mundial para o que o modo de produção pudesse avançar sem gerar tantos ônus ambientais e neste aspecto então, segundo Fonseca (2005), o tema foi base de esperança para o meio ambiente.

Para Guimarães (1997, p. 14), a Conferência “significou uma evolução importante do pensamento internacional a respeito dos desafios do Terceiro Milênio” e ela contribuiu de forma muito produtiva para que a questão ambiental se tornasse pauta global. Porém, de todos os passos a serem seguidos pelos países, determinados nesta reunião, pouco efetivamente aconteceu, pois poucos dos que são os detentores dos meios de produção desejariam renunciar à corrida econômica para se adequarem às normas que respeitassem a natureza e tudo o que ela envolve.

Então, fica cada vez mais evidente que o desenvolvimento sustentável não pode ser almejado em consonância com o atual modo de produção e para isso, Moreira (2004, p. 196) já conclui que o que estava em curso não se tratava de desenvolvimento sustentável, mas sim

a construção de um capitalismo ecológico. (...) as regulações ambientalistas dos usos dos recursos naturais – e do conhecimento tecnológico – não rompiam com a existência da propriedade privada e nem com a busca da lucratividade capitalista, ou seja, não rompiam com a lógica da ordem capitalista, ao mesmo tempo em que reconhecia que a existência de movimentos ambientalistas e sócio-ambientalistas tensionavam os usos da propriedade privada, particularmente aqueles associados à propriedade da terra e da natureza. Paradoxalmente, a sustentabilidade incorporaria, assim, uma insustentabilidade intrínseca às contradições do próprio capitalismo.

Neste sentido, é exposta a contradição do tema, que inclusive é bastante inconcluso de acordo com suas utilizações e utilidades, portanto a necessidade de delimitar, descrever e contextualizar o tema e seus usos.

Para descrever estes usos do termo e para refletirmos sobre sua utilização para analisar as práticas tradicionais de povos e comunidades, recorre-se mais uma vez à história, desta vez de um passado mais longínquo. Assim, Bernd Marquardt (2006), afirma que a conotação de sustentabilidade já era utilizada por povos no ano 1000.

O mesmo autor relata que, não havia o entendimento da questão ambiental de forma global como atualmente, mas após a velocidade da devastação das florestas europeias, que em apenas 3 séculos deu lugar às paisagens agrícolas, havia a noção de que sem recursos naturais não seria possível sobreviver, sendo necessária a gestão dos recursos de forma sustentável, como denominamos atualmente.

Ele continua descrevendo que, essas práticas norteadoras da sociedade desta época, foram abandonadas após a Revolução Burguesa e a concomitante geração da propriedade privada, que começa a permitir que o dono da terra tenha a liberdade para o uso dela, inclusive degradando-a.

Neste viés ainda, começa a haver a separação de sociedade e natureza, permeada pela ciência positivista em desenvolvimento e, portanto, a utilização de recursos naturais de forma indiscriminada e sobre essa mudança no aspecto de se enxergar destacado desta natureza pelo desenvolvimento da sociedade industrial, destaca Moreira, que

a natureza holista dos iluministas e românticos vê seu conteúdo reduzido ao de uma natureza inorgânica, tornando-se uma coisa física. [...] e a esfera humana é simplesmente abandonada. Uma mudança no conceito de homem então se dá em paralelo, excluído da natureza. (2006, p. 25)

Neste ponto, se conclui que a sustentabilidade não surgiu em nossa sociedade moderna, mas as práticas hoje tidas como sustentáveis, são milenares e por isto, anteriores ao que atribuímos a ela atualmente, assim, se conclui que o mesmo sistema que contribuiu para a desconexão de seres humanos e natureza, é o mesmo que hoje tenta se reinventar através do discurso sustentável, mesmo sendo uma relação profundamente dialética e como descreve Porto Gonçalves

a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza. Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à ideia de dominação da natureza do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão de que há limites para a dominação da natureza (2006, p. 61)

Sendo assim, para determinado uso, há que se entender o conceito de determinada forma. Quando analisamos a sustentabilidade de forma mercadológica, como vem sendo passada através das estratégias de reinvenção do capitalismo neoliberal, ela está profundamente desconectada do modo de vida de povos e comunidades tradicionais, pois suas práticas acontecem sem a separação da natureza, mas em simbiose com ela, já que se entendem (e são) parte integrante, não fazendo sentido utilizarem de um discurso sustentável para continuarem realizando que sempre fizeram.

Porém, quando comparamos com a forma de viver de povos considerados pré-capitalistas, cabe, de acordo com alguns autores consultados, atribuir às suas práticas a conceituação de sustentáveis.

Esta questão se desenha então de forma mais complexa do que se imagina, mas o questionamento final deste ponto se apoia em: deveria o movimento ambientalista se apropriar deste conceito polêmico e tentar ressignificá-lo, ou buscar por outras formas a superação atual de degradação ambiental, alheio ao discurso massificado da sustentabilidade e que pode se desenhar na verdade como capitalismo ecológico?

A resposta para esta pergunta pode começar a ser desenhada quando nos voltamos para as bibliografias sobre território. É um fato que este modelo de consumo já ultrapassou o seu limite e que os recursos podem se esgotar, sendo a dívida compartilhada conosco, povos da periferia do capitalismo, então pode-se atribuir outros usos para o conceito de desenvolvimento, tais como Rúa (2007, p 156) descreve a seguir

visto como uma construção cultural, o conceito de desenvolvimento liberta-se das ideologias ocidentais de modernização e progresso e de sua inseparável relação com o colonialismo e o imperialismo (passado e presente), bem como da sua substituição e atualização através do conceito de globalização

Assim, através da atenção de como esta lógica nos é imposta dia a dia, cabe criar espaços de representação que se opõem a ela, como a comunidade tradicional da Nova Enseada vem fazendo dia a dia, desde que existem e mesmo conhecendo e se apropriando de novas tecnologias, ainda querem manter sua

coletividade, por saberem que é esta identidade e esse território alternativo que os mantém resistentes a serem sufocadas pela lógica hegemônica.

O desenvolvimento local, mesmo este estando em constante diálogo com o desenvolvimento global atualmente, vem sendo uma resposta as tentativas de homogeneização enfrentadas por povos e comunidades tradicionais. Os moradores da Nova Enseada entenderam isto.

Apesar de pôr vezes se apropriarem do conceito de sustentabilidade, como em sua forma de fazer artesanato, o ressignificam da forma mais tradicional possível, lembrando e muito as descrições de modos de vida de comunidades pré-capitalista, porém incorporando o novo, o tecnológico e o moderno às suas práticas.

Um exemplo trazido para ilustrar o processo de modernização da cultura caiçara na Nova Enseada, é a placa solar, que vem possibilitando o acesso à energia e, portanto, agora possuem chuveiro quente, Wi-Fi e luz elétrica que permite o armazenamento de seus produtos.

A comunidade conseguiu através do projeto “Luz para todos”, a instalação de três placas solares, que permitem que todos os moradores tenham acesso irrestrito à energia elétrica, exceto em períodos de pouca luminosidade solar, como na fotografia 6.

Imagem Fotográfica 6: Painel Solar



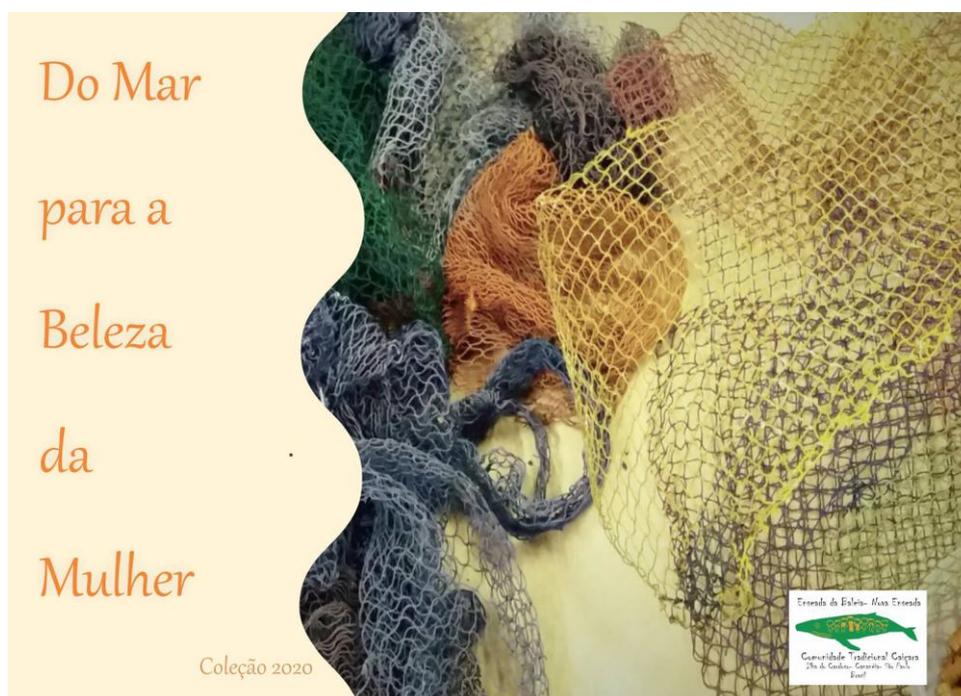
Fonte: NABHAN, 2019.

Neste sentido, podemos observar o caráter dinâmico da cultura, pois conseguiram adaptar suas práticas tradicionais, sem perderem a essência delas. No passado, por exemplo, trabalhavam com a produção do *peixe seco* e atualmente, conseguiram não só preservar esta tradição, como também expandi-la e promover maior geração de renda, através dos editais que fizeram parte, da compra do pescado de outras comunidades vizinhas e do foco que dão em meses específicos do ano para esta atividade, demonstrando resistência e identidade através de suas práticas tradicionais, adaptando-as a transformações trazidas pela modernidade.

O artesanato, primeira atividade pensada como fonte de renda além da pesca, continua acontecendo e pela questão da visibilidade que a comunidade alcançou por conta da realocação, ganhou também uma nova cara e maior divulgação.

Anteriormente produziam sacolas ecológicas, atualmente produzem roupas e acessórios com redes de pesca descartadas no mar, sendo mais um exemplo de união das práticas tradicionais com o discurso ecológico moderno, já que promove a reciclagem e a geração de renda.

Figura 4: Artesanato atual da comunidade



Fonte: Redes sociais da Nova Enseada. 2020

A organização denominada “Do mar para a beleza da mulher”, feita pela associação MAE, tem tido divulgação pelas redes sociais da Nova Enseada e venda pelo mesmo canal, onde o cliente pode escolher suas peças e recebê-las em casa.

2.7 Identidade caiçara como resistência

Antes do termo Caiçara começar até ser utilizado para definir os moradores do litoral dos estados desde o Rio de Janeiro, até o Paraná (DIEGUES, 1988), passou por alguns outros usos. Ele se origina, segundo Sampaio (1987), da língua Tupi-guarani, *caá-içara* e era a denominação de uma espécie de cercado produzido a partir de árvores e galhos para cercar o peixe e facilitar o processo de pesca e depois, começou-se a ser usado para identificar os moradores de Cananéia - SP, até chegarmos à utilização mais abrangente atual.

É interessante destacar a porção sul do litoral de São Paulo, porque, apesar de todas as regiões litorâneas terem passado por formas e processos de colonização similares, esta região ficou bastante isolada no que se refere à imigração, estes mais localizados para regiões mais centrais do estado, ficando na região, assim como no litoral do Paraná, permitindo o desenvolvimento cultural deste povo com poucas influências externas (MUSSOLINI, 1980; MARCÍLIO, 1986).

O melhor entendimento da formação da população Caiçara, segundo Adams (2000), se dá quando entendemos o caráter agrícola da colonização brasileira e neste estudo, a colonização do estado de São Paulo, podendo chegar a nomenclatura de “camponês ilhéu”.

Este processo foi permeado por grande ocupação das baixadas quentes e úmidas do estado, porém, apesar dessas ocupações, ocorriam pequenos núcleos mais isolados, muito por conta da própria formação geológica da costa. Estes núcleos acabaram sendo fornecedores alimentícios para núcleos maiores, criando já, por volta do século XVIII, a agricultura de subsistência, o que garantiu a permanência das próprias comunidades e de outras populações locais (MUSSOLINI, 1980).

Este período e os séculos posteriores, foram, segundo Almeida (1946, p. 37) “dias de abundância e prosperidade” no litoral do estado de São Paulo, diferentemente do que começou a ser vivido por esses povos a partir do século XIX, quando, com exceção do porto de Santos e economias de veraneio (FRANÇA, 1954). A importância econômica dessa região, foi perdendo espaço para os grandes centros comerciais localizados nos planaltos, causando despovoamento e o estigma de região pouco desenvolvida, por conta do pouco movimento que caracteriza o progresso.

Os Caiçaras vivem desde seu estabelecimento, dias de muita luta e resistência territorial através da organização política, e foi através dela que obtiveram reconhecimento nas políticas ambientais brasileiras, estes possuem uma forma de viver que vincula a pesca e a agricultura de subsistência (VIANA, 1996).

O processo de delimitação da área em que já viviam anteriormente em parque estadual, gerou então, uma profunda mudança em seu modo de vida, que já era baseada na “oposição tanto à economia indígena primitiva, quanto à economia industrial” (ADAMS, 2004, p. 4).

Nas comunidades tradicionais caiçara, “os momentos de trabalho coletivo eram (e continuam sendo) também importantes fatores de integração social [...] mutirões de derrubadas, de queimadas e as ‘campanhas’ de pesca de tainha (MARCÍLIO, 1886), o que talvez explique, no presente estudo a gênese da organização social e política dos caiçaras, atualmente na Nova Enseada.

Para as comunidades tradicionais, é incompreensível que suas atividades tradicionais, baseadas na agricultura, pesca e extrativismo sejam consideradas prejudiciais à natureza, pois eles são conhecedores da dinâmica dos ecossistemas e das espécies presentes na região (BENSUSAN, 2006, p. 26).

Portanto, tem um saber tradicional que as fazem valorizar as florestas, os ecossistemas e a biodiversidade, valorizam não apenas por ser fonte de alimentação vegetal e animal, mas também porque fornecem recursos utilizados para exercer suas atividades de geração de renda, cultura e subsistência, todas baseadas em seus saberes tradicionais (MORAN, 2010, p. 121), para além, estes saberes já existiam antes da nossa ciência moderna (MOURA, 1986, p. 9).

Por conta desta organização e da consciência de suas realidades, estas comunidades que sofrem com as restrições ambientais, tem cada vez mais ganhado atenção e espaço para apresentarem suas reivindicações a respeito de seus territórios ancestrais.

Há diversas bibliografias que atestam e contestam a denominação desses povos enquanto pescadores ou lavradores, ou até mesmo a combinação de ambos. No caso aqui estudado, a melhor denominação vem ser pescadores tradicionais ou embarcados, pois a delimitação da área como UC, inibiu a produção agrícola dessa comunidade, sendo sua maior referência, o mar, que também não deixa de ser normatizada e fiscalizada, mas quanto à intensidade e regularidade de prática e geração de renda, a pesca vem em primeiro plano e tem sido muito bem aproveitada.

O que também contribuiu para maior intensidade da atividade de pesca, foi a impossibilidade de deslocamento dessas comunidades, tendo que aprimorar cada vez mais as suas técnicas (MUSSOLINI, 1980).

Quanto a caracterização do tipo de atividade desenvolvida pela comunidade, ainda, o seu marco enquanto pescadores, acontece a partir de tecnologias mais bem aprimoradas para o sucesso da atividade, como o cerco fixo e o barco movido a motor, que começa a se inserir a partir do século XX, fazendo parte do grupo de maior tradição marítima (DIEGUES, 1983).

A motorização dos barcos, foi uma verdadeira revolução vivida por esses povos, sendo responsável pela modernização e facilitação tanto da locomoção, quanto da geração de renda através da pesca.

A pesca pode ser desenvolvida porque é feita fora da Ilha do Cardoso (Mosaico Lagamar e APA Marinha), obedecendo outra legislação, de acordo com o tipo de malha de rede. Por exemplo, a Malha 6 para Paraty que anteriormente era permitida, agora também está sendo proibida e como relatado pelos moradores da comunidade, algumas vezes o pescador não tem nem esse conhecimento, vai pescar e encontra com a polícia que leva todo o apetrecho de rede e os peixes.

É defendido no aspecto de produção bibliográfica por Adams (2004 p. 15) que não houve atualização das descrições da cultura caiçara, por conta das referências utilizadas, serem baseadas em descrições feitas em períodos de estagnação econômica, dentre os vários vividos pelos povos do litoral, portanto, orientando nosso olhar para a miséria em que vivem, quando comparados a sociedade urbana.

Esta realidade tem se modificado atualmente, porém, a maior parte da bibliografia ainda não é capaz de modificar o olhar reducionista e comparativo da maior parte dos estudos e, portanto, não dão conta das transformações (GUSMÃO, 1979).

3. Da Enseada da Baleia para a Nova Enseada

A retomada das atividades ainda na Enseada da Baleia iniciou-se com artesanato em 2011, e o peixe seco em 2015. Tatiana relata que quando estavam se organizando para retomar atividades de geração de renda na comunidade, ninguém resgatou a ideia do peixe seco, mas sim do artesanato, que é uma tendência em comunidades tradicionais, mas o desejo de ousar e a idealização da associação das mulheres da enseada, fez com que a prática fosse retomada de forma bastante exitosa.

O modelo de organização mudou, começaram a pensar de forma mais comunitária, fazendo a gestão comunitária do processo. Compraram todo o pescado da comunidade de forma consignada, as mulheres fizeram todo o processamento e contactaram todos os antigos compradores de Sr. Malaquias.

Nos anos seguintes o processo foi aprimorado e no ano de 2019, a produção foi ampliada, comprando também o pescado das outras comunidades, totalizando 13 mil reais de compra consignada de peixe. Trabalho coletivo; intercâmbio com outras comunidades e a busca pelo entendimento da demanda de cada família pertencente a comunidade, fez pensar em como todos poderiam viver bem e coletivamente.

A inspiração para todo este processo coletivo e de intercâmbio com outras comunidades, vem do avô (Sr. Malaquias, anteriormente citado), que sempre esteve à frente e preocupado com a comunidade: com a pesca, a alimentação; a produção e venda dos produtos.

A partir do falecimento dele, necessitou-se buscar alternativas para conseguirem se manter. O problema do falecimento de sr. Malaquias, foi além da perda afetiva, mas também foi a perda do líder da comunidade, que sempre solucionou todos os problemas e que por conta disso, trazia tranquilidade para a comunidade.

Só a pesca nunca foi uma atividade que garantiu o sustento da comunidade, Terezinha conta, que quando seus filhos eram pequenos, ela também saía para pescar com os filhos no barco e para ajudar a complementar a renda, também comercializava plantas, além da tentativa de se manterem

todos os anos com a renda do turismo de alta temporada entre os meses de dezembro e fevereiro, porém nesse período o que efetivamente acontecia era o pagamento de dívidas adquiridas anteriormente.

Em 2010, as mulheres da Enseada, se reuniram e fizeram um desenho para levantar as idealizações de todas através do começo da associação de moradores. Os sonhos eram os seguintes: ter energia elétrica; trazer os jovens de volta, que haviam deixado a comunidade por conta da condição de vida difícil e ganhar um salário-mínimo para cada pessoa.

Começaram a buscar esses sonhos, espelhadas em outras comunidades. Inicialmente produziam e comercializavam bolsas, mas logo perceberam que a arrecadação não seria suficiente para atingirem os objetivos que tinham anteriormente. Com isso, resolveram parar e olhar mais amplamente o território e, assim, pensar em estratégias de como potencializá-lo para tirarem o máximo dele, sem perderem sua identidade e seu modo de vida. Tatiana relata que não consegue explicar como teve as visões que esturrariam todas as conquistas, atribui até mesmo a explicações místicas e oito anos depois após muitas dificuldades, veem os frutos sendo colhidos.

Quando se compara as condições de vida que tinham em 2010, a evolução da comunidade é ainda mais visível, pois viviam com pouco dinheiro, como relatado na entrevista, não podiam gastar com nada além da subsistência, como por exemplo a manutenção das próprias casas, assim a comunidade não tinha perspectiva de desenvolvimento e nem de sonhar com planos maiores pois muitas vezes não havia dinheiro mesmo para a alimentação.

3.1 A captação de água

A maior entre as dificuldades enfrentadas pela comunidade após o estabelecimento na nova área, foi a falta de água. Para terem acesso, traziam da Enseada da Baleia, porém tinham a consciência de que precisariam encontrar outra solução para a captação e consumo de água na Nova Enseada. A solução paliativa foi um poço artesiano, mas que também não daria conta por muito tempo.

Na época do trabalho de campo, ainda era uma incerteza a questão da água na comunidade. Após muitas dificuldades quanto à captação deste recurso, almejavam mais um sonho, já que agora se dão conta de que é permitido sonhar: captar água da cachoeira.

Conjuntamente com pesquisadores, começou-se a pensar onde essa água poderia ser captada e após muitos estudos, se encontra na RESEX (Reserva Extrativista) da Ilha do Tumba, localizada a três mil metros da Nova Enseada, a nascente propícia para a captação e distribuição de água para a comunidade.

Figura 5 Ilha do Tumba – onde está sendo a captação de água



Fonte: Instituto socioambiental – ISA. 2021

A obtenção da água foi mais uma forma coletiva para a resolução dos problemas da comunidade, já que mais uma vez elaboraram todo o projeto mais uma vez, o qual foi apresentado para o Conselho de Gestão da Resex em questão e para conseguirem a aprovação da Fundação Florestal.

Mesmo após a aprovação pelos órgãos competentes, os recursos necessários para este empreendimento seriam altos, pois se tratava de canos e infraestrutura para a obra acontecer. Conseguiram mais uma vez por meio de doações e trabalho coletivo dar mais este passo em direção à sua autonomia.

Neste processo contaram com a doação de um cano que estava parado no núcleo Perequê e a união com a comunidade da via rápida para os seis mutirões de trabalho que foram necessários. Destaca-se que estes passos foram todos realizados em meio à pandemia, o que significou menos mão-de-obra para ajudar, já que vivemos um momento de distanciamento social. No segundo semestre de 2020 finalmente a comunidade tem acesso à água limpa e encanada, como demonstrado na fotografia abaixo, demonstrando mais uma vez a força do trabalho coletivo e de sua organização.

Imagem fotográfica 7: Toninho observando a captação de água.



Fonte: CARDOSO, 2020

3.2 O(s) Turismo(s)

A atividade que propiciou primeiramente o sustento da comunidade foi o turismo, pensado e executado de forma comunitária. Foram dois anos de criação

e adaptação de um modelo. A divulgação era totalmente voluntária em escolas, servindo alimentação gratuitamente para atrair cada vez mais para seu modo de vida, a estratégia que trouxe o diferencial e que pode ter permitido o sucesso, além da insistência que tiveram, segundo Tatiana, foi mostrar que não era só o bioma natural da Mata Atlântica que tinham para mostrar, mas também principalmente a inclusão da cultura caiçara dentro dele.

A ideia de um turismo verdadeiramente de base comunitária em que toda a comunidade pudesse estar envolvida e tivesse geração de renda com isso, veio em oposição ao que veem acontecer de outros chamados “turismos comunitários”, mas que utiliza barco particular de empresas de turismo, que oferecem hotéis, deixando efetivamente muito pouco para as comunidades.

Na Nova Enseada, o processo acontece com cada morador sendo responsável por uma parte da visita, desde transporte, alimentação, hospedagem, caminhada pela comunidade, pela mata, restinga, mangue e palestras.

Sendo assim, na comunidade coexistem dois tipos de turismo: o turismo de veraneio, que também tem suas particularidades, por contar com praticamente o mesmo público há mais de trinta anos e o turismo de base comunitária e com fins pedagógicos voltados para educação ambiental.

No primeiro caso, os visitantes têm um papel muito importante na comunidade. Eles são visitantes de longa data, aproximadamente trezentas pessoas, as mesmas que contribuíram para todo o processo de realocação, até mesmo com trabalho braçal, além de viabilização de doações e divulgação do processo que a comunidade estava vivendo.

No período em que ficam no verão (cerca de dez dias), a comunidade fica envolvida numa rotina de muito trabalho, mas que também é permeada por relações de amizade e familiaridade. Cada família tem os seus hóspedes e gere todas as demandas deles, de hospedagem a alimentação, de acordo com as possibilidades de receber cada quantidade de hóspedes.

Apesar de ser um turismo na comunidade, não o definem como turismo comunitário, pois neste caso, cada um recebe os seus turistas e tem seus

próprios lucros e demandas, não deixando de ser um turismo de alta temporada como ocorre em outros lugares.

O turismo escolar, difere do anteriormente citado, pois neste, são unidas as nove mulheres da associação, para organizarem conjuntamente todas as demandas. Existem oficinas e nelas os visitantes têm a possibilidade de se inserirem nas atividades da comunidade, como as atividades de pesca e o próprio modo de viver caiçara. Sendo este então, para a comunidade, o verdadeiro turismo de base comunitária e que preenche os meses do ano em que a comunidade não teria a renda das atividades de pesca e do turismo de veraneio.

A valorização da cultura avançou bastante após a implementação do turismo, pois anteriormente conviviam com a melancolia de não saberem sobre o futuro e não haver um planejamento e realização dos sonhos e ideias. Com as novas atividades desenvolvidas na comunidade, a estabilidade começou a fazer parte da vida dos moradores.

Também há a valorização da cultura no ponto de estarem a todo o tempo falando sobre seu modo de vida para os turistas, o que contribui para as crianças crescerem com este engajamento e valorização de ser caiçara, pois a escola em que estudam, no município de Ariri, não é uma escola rural com materiais voltados para a valorização da cultura, então ela tende a se perder.

3.3 A manutenção das práticas tradicionais: mulheres à frente

A questão específica do protagonismo feminino começou porque as mulheres que tomaram a decisão da escolha e realocação para a Nova Enseada e o reconhecimento em si, veio com a renda gerada pelo turismo de base comunitária e pelo peixe seco em 2015, em que puderam demonstrar que seus esforços e idealizações poderiam manter a comunidade e mais ainda, poderem ver e gerirem este dinheiro para suas demandas pessoais.

Para elas, o dinheiro foi só mais um resultado deste processo, dentre os outros, citam a autoestima, a possibilidade de estar convivendo com as amigas

e/ou poderem cuidar de si mesmas, mas garantem que o reconhecimento veio por parte dos homens, principalmente por conta da geração de renda.

Tiveram a preocupação de incluírem os homens no processo tanto do turismo, quanto da produção de peixe seco, comprando o peixe pescado por eles, pois como relatado, não queriam reproduzir a desigualdade “ao contrário” remunerando menos um trabalho por conta do gênero. Porém as mulheres estão à frente de todos os processos da comunidade.

Todo o processo de realocação foi idealizado pelas mulheres, os homens não acreditavam até certo ponto que realmente daria certo e buscavam mais certezas para continuarem, como a certeza da construção das casas e de renda, até a abertura da barra, alguns ainda queriam voltar para a antiga enseada.

A diversificação de saberes dos moradores foi essencial no processo de realocação, a experiência de vida e de trabalho garantiu que a comunidade conseguisse se consolidar. Tatiana por exemplo, relata a facilidade com questões burocráticas que obteve tanto quando fez faculdade, quanto nos seis anos de experiência na colônia de pesca, o que viabilizou a lidar tanto com as denúncias das próprias comunidades vizinhas, que sofriam frequentemente, quanto à doação de madeiras apreendidas para a construção das casas.

A associação foi o que conseguiu, então, tornar possível todo o processo. E se institucionalizou em 2015, por conta do acidente com o barco catamarã (o acidente com o barco aconteceu em 2016 e destruiu casas na comunidade, mas acabou mobilizando coletivamente para que pudessem recorrer à justiça para terem o ressarcimento do que foi destruído) que foi a forma mais viável de conseguirem o ressarcimento de seus prejuízos, ao invés de entrarem com processos individuais, com a associação também foi possível o apoio da defensoria pública.

Ela possibilitou também mais idoneidade para as doações para a nova realocação e foi toda elaborada e criada pelas próprias mulheres, que veem, apesar da dificuldade, um enorme ganho em terem realizado toda a tramitação burocrática sozinhas, pois estão mais preparadas quanto a documentos e linguagem jurídica, abaixo a imagem do período de arrecadação das doações e da organização do trabalho coletivo.

Figura 6: Flyer de divulgação para doações para a reconstrução da comunidade.



Fonte: CARDOSO, 2016

No decorrer do trabalho, foi percebido que a identidade territorial da comunidade da Nova Enseada, está totalmente ligada a ser caiçara, e atribuem isso à ligação que tem com a pesca, os ciclos naturais e o mar, mesmo deixando claro que estamos tratando aqui, de uma comunidade com uma profunda relação com seu território tradicional, que entendem o sentido subjetivo e político do termo ao qual se identificam e não passam por processos de modernização tão intensos.

Ainda, sobre a identidade territorial no processo de reterritorialização vivido, fica a incerteza de como será a vida nesta nova área, se neste processo caberiam os mesmos sonhos, a mesma organização e se ele realmente se

consolidaria e caso sim, como ficaria a identidade territorial Caiçara, quanto ela se modificaria e se teria forças para resistir. Para responder à estas questões, recorreremos ao segundo bloco de entrevistas, que ocorreu desta vez por meio remoto, já que o momento não permitiu visitas presenciais.

Evidenciando a resistência que representam através de sua identidade territorial, frente ao processo de globalização e agora de pandemia, que poderia ser mais uma ameaça para a autonomia, principalmente financeira da comunidade, tem conseguido neste período também obter a geração de renda, mantendo suas tradições e o sentido comunitário, mesmo com a determinação da comunidade pelo fechamento para o turismo (figura 7), atividade que garante a estabilidade financeira da comunidade.

Figura 7: Comunicado de fechamento para o turismo.



Comunicado

A comunidade da Enseada da Baleia / Nova Enseada na Ilha do Cardoso, Cananéia/SP vem comunicar a todos que estaremos **fechados durante o período da pandemia** até que estejamos seguros para sermos visitados e exercermos atividades de turismo comunitário.

Esperamos a compreensão de todos e que nossa decisão coletiva seja respeitada.



Fonte: Redes sociais da Nova Enseada. 2020

Por conta do ano de 2019 ter sido bastante produtivo, se pode guardar recursos, além de terem quitado suas dívidas e aprenderem a viver com menos. No sentido de geração de renda sem perder sua tradição, escreveram um projeto com outras comunidades, que se constitui em comprar o pescado de quarenta e três pescadores de comunidades vizinhas, que é processado e beneficiado pelas mulheres da enseada, sendo o produto, já embalado, destinado à quase

oitocentas famílias que necessitam do vale do Ribeira e de região sul da cidade de São Paulo, segundo o Instituto Socioambiental (ISA).

O projeto é uma parceria entre comunidades tradicionais, que reúne uma união de ao todo trinta e nove grupos sociais, entre indígenas, caiçaras, quilombolas trabalhadores do campo e da cidade e é uma ação voltada para o enfrentamento à crise escancarada pela pandemia de Covid-19, que tem desempregado muitos trabalhadores e tirando a vida de milhares de pessoas desde que chegou ao Brasil.

A cesta entregue conta com legumes, verduras e frutas, produtos de higiene básica, que são essenciais para maior proteção contra o vírus e pescado de três variedades que vem da comunidade da Nova Enseada, somando ao todo, cerca de 15 toneladas de alimentos distribuídos.

Esta ação se deve graças ao engajamento e organização de comunidades tradicionais, que com dificuldades para escoarem seus produtos, já que cerca de 95% destes eram comprados por cidades vizinhas com finalidade de se tornarem merenda escolar, se juntaram com Organizações não Governamentais (ONG's) e conseguiram, coletivamente uma saída tanto para as demandas de geração de renda de suas comunidades, quanto para as famílias que estão passando dificuldades.

A sede onde os alimentos foram recebidos e organizados para posterior distribuição é da Cooperquivale, uma cooperativa quilombola, localizada na cidade de Eldorado, em São Paulo. O processo de compra e distribuição desses produtos, foi organizado com o ISA e outros dois institutos, o Linha D'água e o Brasil a Gosto, que fizeram um consorcio para doações, em parceria com empresas e organizações internacionais, como a GoodEnergies. O dinheiro foi conseguido por meio do que é chamado *vakinha* virtual e custeou desde a compra dos alimentos das comunidades que os produzem, até a entrega deles às famílias que necessitam.

A comunidade da nova Enseada, se organizando desta forma, garante a preservação de sua identidade, de sua tradição e de sua renda, em um período de muitas dificuldades para a maioria dos brasileiros, incluídos os moradores de comunidades tradicionais, que muitas vezes não tem condições de isolamento

social, ou tem dificuldades no acesso à saúde quando adoecem e, ainda, sofrem com a dificuldade para conseguirem acesso ao auxílio emergencial de seiscentos reais disponibilizado pelo governo para pessoas com renda abaixo de dois salários mínimos e no caso de mães solo, de mil e duzentos reais.

Além de esta ação coletiva ter beneficiado ambos os lados, propôs também certa conexão entre a produção e o consumo dos alimentos. É relatado em entrevista ao Instituto socioambiental ISA (2021), que muitas pessoas que receberam a cesta de alimentos, ficaram bastante emocionadas por se lembrarem dos pais e avós, já que muitas dessas pessoas tem raízes caiçara, caipira e quilombola e são alimentos, como o peixe seco, que não são de fácil acesso, ou eram destinados à um público específico, como também alguns dos legumes que não se encontram com tanta facilidade atualmente, ou não estão nos itens básicos que a população em geral pode adquirir para a alimentação diária, como o cará e o palmito.

Essa questão reforça a resistência das identidades locais (CHELLOTI, 2010), reconhecendo, ainda, que o processo globalizante, não foi capaz de acabar com características locais específicas, as quais, os caiçaras aqui, são herdeiros e reprodutores e neste caso, conseguiram se manter mesmo com a reterritorialização.

Como também relatado na entrevista, algumas coisas não permanecem idênticas e existiram muitas dificuldades. Somente dois anos após a instalação na nova área, que começaram a se sentir realmente adaptados ao novo local.

Por mais que se consiga manter todas as atividades tradicionais, a localização é um fator de grande diferença, já que antigamente estavam mais próximos do mar e o porto onde eram feitas as atividades da pesca tradicional na Enseada da Baleia, não existe na Nova Enseada.

Mesmo a extensão da praia para realização da pesca é bem menor, pois outras comunidades utilizam a mesma praia para esta atividade (registrada a saída para o mar na imagem fotográfica 7 abaixo). Assim, existem acordos e dificuldades para a realização desta modalidade de pesca, por agora estarem entre outras duas comunidades.

Imagem Fotográfica 7: Saída para o mar, agora compartilhada



Fonte: NABHAN, 2019

Sobre as dificuldades de obtenção de recursos e do compartilhamento da área de pesca, quando a maré está boa e é safra, todos querem sair para pescar nos mesmos lugares; as árvores frutíferas que tinham no antigo território também não são presentes agora. Mas a maior diferença, foi a questão da pesca nas safras, como a Tainha, o Paraty e o Irico (Manjuba), que na Enseada da Baleia era mais abundante.

A construção do espaço por esta cultura que é criada e recriada, podemos pensar também através da cultura, pois através da busca pela superação das questões físicas para a busca de suprimentos desta comunidade, delimitam seu espaço e, assim, seu território. Como no caso da pesca, tão importante para eles, que agora tem que ser pensada e negociada com outras comunidades, dada a necessidade de compartilhamento da mesma área, “essas estratégias

são concebidas em função das representações e de modelos de que cada um é portador, em função de seus sonhos e suas aspirações” (CLAVAL, 2001 p. 18)

Para isso, tem sido utilizado o pensamento coletivo, pois apesar de serem comunidades distintas, partilham a identidade Caiçara e que vivem na mesma ilha, para que consigam socializar os ganhos. A comunidade da Nova Enseada, partiu do princípio de dialogar com as comunidades do entorno, que comprando o produto delas, podem, beneficiá-lo e garantir a pesca e a geração de renda para todos, muito mais estruturado do que quando cada comunidade pescava e vendia seu produto na cidade separadamente

Com a recessão vivida pela crise acentuada pela atual pandemia, esta separação repartia prejuízos e não ganhos, que agora com o modelo adotado, tem sido benéfico para todas as comunidades e para a população que tem recebido o produto e que anteriormente estava desassistida.

Isso tem sido um exemplo para enfrentar a negligência governamental, mas que também escancara a necessidade de comunidades como estas de desenvolverem atividades próprias para superar a falta de preocupação por parte do poder público na criação de um planejamento para lidar com povos e comunidades tradicionais.

No novo território não havia nenhuma estrutura, tudo foi conseguido através de trabalho voluntário e dos moradores, projetos e negociações, e que está expresso na imagem fotográfica 8 abaixo, feita de cima e que mostra o fruto do processo de construção final da comunidade, com todas as casas que a compõe finalmente.

Imagem fotográfica 8: Comunidade vista de cima



Fonte: NABHAN, 2019

Foi um processo emocional difícil, pois tiveram que abandonar um território já bem consolidado, para reconstruir um novo incerto e este processo foi mais intensificado pelo falecimento da matriarca da família Cardoso, além do julgamento externo, por estarem abandonando o legado do patriarca da família Cardoso.

3.4 Outra forma de integração: Religiosidade

Outro aspecto importante a ser destacado, que impulsiona a luta desta comunidade, é a religião e a fé em São Sebastião, que já era presente na comunidade desde os primeiros moradores, pela identificação com a luta do Santo, consagrado guerreiro, mas que teve seu fortalecimento após a imagem ser trazida pelo Padre Caifa.

Antes, as celebrações eram realizadas em torno da imagem representada num quadro e em casa de moradores e um pouco antes da realocação, a

comunidade contava com uma capela (imagem abaixo) para realizar as cerimônias religiosas.

Imagem fotográfica 9: Capela na Enseada da Baleia.



Fonte: CARDOSO, 2016.

A fé desta comunidade está entrelaçada as suas práticas culturais e de resistência, pois os moradores relatam enxergar em São Sebastião um exemplo para suas lutas e a festa, realizada tradicionalmente em janeiro, também é uma forma de mobilizar a comunidade.

Através do levantamento também sobre religiosidade feita por Langowski (s.d.), fica evidente a relação mais ampla que estabelecem com as práticas religiosas, não sendo levada de maneira tão dogmática e rigorosa, mas sim, através da espiritualidade e da mistura de crenças em fenômenos naturais e preceitos religiosos católicos concomitantemente. Além disso, a religião permite nessas comunidades a interligação com outras mais isoladas, através de peregrinações e festas com este intuito. (BOVY,1972).

Um exemplo de peregrinação que interliga comunidades, é a de Nossa Senhora dos Navegantes. Nela, a imagem da Santa é levada pela comunidade

vizinha para a próxima, onde são realizadas cerimônias de acolhidas e que são importantes para reforçar os laços entre essas comunidades.

As lideranças religiosas desempenharam e desempenham nesta comunidade papéis muito importantes e que também são relatados pelos moradores. Os Padres estiveram sempre ao lado dos moradores desde os conflitos fundiários que ameaçaram a expulsão da comunidade da Enseada da Baleia, a luta por saúde e educação e mais recente, a realocação da comunidade em seu novo espaço, após o processo erosivo.

Porém, a ajuda e parceria vêm de párocos que possuem maior sensibilidade às questões da comunidade, pois como relatado na entrevista de 2019, citada anteriormente, a comunidade não se sentia segura em pedir ajuda à igreja católica de Cananeia, pois chegaram a fazer piada com os moradores por conta de doações, mas um missionário de Ilha Comprida, ajudou a comunidade no momento de maior vulnerabilidade.

Além do fator religioso que possibilitou a integração e coletivização desta e de comunidades próximas, o trabalho coletivo desde a instalação desta comunidade, como relatado nas entrevistas, vem sendo o maior fator de integração social e como relatado também através de Marcilio (1986) que relata mutirões; queimadas e pesca coletiva da tainha.

Considerações Finais

A modernidade adquiriu o capitalismo como forma de se materializar e para isso, portanto se utilizou de formas dicotômicas básicas para avançar: a separação entre produção e consumo e entre sociedade e natureza (GONÇALVES, 1993). Esta segunda, foi essencial para que o chamado desenvolvimento pudesse evoluir, pois, assim, a manipulação da natureza para a geração de lucro é mais fácil. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável se tornou mais um slogan do capitalismo, com a intencionalidade de maximizar a produção utilizando menor quantidade de recursos, ou nos dizendo que eles podem ser repostos.

Todavia, no estudo da comunidade da Nova Enseada, fica claro que ela vive em oposição a este modelo capitalista, já que para elas, a produção está em consonância com seu consumo, que não tem a finalidade de geração de lucro excedente, mas que sirva para a própria comunidade se manter e se desenvolver, de acordo com suas práticas ancestrais tradicionais. Para a comunidade, a separação, separação entre a natureza é praticamente impossível, dado que são parte integrante dela.

É inevitável pensar no conceito de Desenvolvimento Sustentável quando estudamos estas comunidades, já que vivem em seu cotidiano a gênese deste conceito, porém é inútil tentar utilizá-lo aqui, pois suas práticas estão alheias ao que entendemos tanto como Desenvolvimento, quanto como Sustentabilidade. Os Caiçaras da Nova Enseada simplesmente vivem!

Em oposição a noção importada de áreas protegidas, que tende a colocar como dicotômico ser humano e natureza, os Caiçaras aqui estudados vivem uma relação de simbiose com o meio, por uma questão de serem naturalmente assim, por suas vidas serem regidas por misticismos e crenças nos ciclos naturais, herdados de seus antepassados que são povos tradicionais indígenas, negros e populações que viviam das florestas em geral.

As leis ambientais precisam se adequar a forma de viver das populações tradicionais, pois longe da crença de que todas elas são conservacionistas por natureza, é evidente que a natureza em que vivem só está preservada, não só

por conta da tentativa de deixar a natureza intocada com a criação dos parques, que a entendem simplesmente como recurso e estética do natural, mas da relação estabelecida há séculos por esses povos com a natureza.

É importante que os estudos sobre Unidades de Conservação tenham a preocupação de entender as particularidades e subjetividades da produção e da territorialidade das comunidades que vivem dentro delas e suas representações, mas também entendendo as lógicas as quais os Parques e o país estão inseridos, partindo tanto do local para o global, quanto do global para o local.

Só por meio de estudos integradores entre sociedade e natureza, poderemos avançar para um ambientalismo consistente, - mesmo com as dificuldades de organização implicadas no avanço de políticas neoliberais de individualidade- que possa aliar saberes científicos e acadêmicos com o conhecimento tradicional, trazendo, finalmente uma real contribuição para a proteção da natureza, da cultura e possíveis alternativas para a resolução de conflitos, inclusive nestas comunidades já bem consolidadas, isso permitiria a produção de uma relação dialógica entre conservação natural e garantia de direitos a esses povos que tem sido um dos atores de proteção desta natureza muito antes da nossa preocupação cientificista.

Segundo a própria comunidade, as pesquisas realizadas foram de extrema importância para o processo de realocação vivido, desde o histórico sobre o peixe seco e as práticas desenvolvidas pelo Sr. Malaquias. Quando reuniram todos os materiais produzidos até ali, se deram conta de quantas coisas foram e o quanto serviram para a valorização e reafirmação externa da comunidade.

As pesquisas realizadas no sentido de os colocarem como uma comunidade pesqueira foram essenciais para a escolha e negociação sobre a nova área, pois não necessitavam só de um território de terra, mas também com acesso ao mar, tanto ao canal, quanto ao mar aberto.

Todos esses materiais quando foram reunidos, causaram surpresa na comunidade, pois nem eles mesmos sabiam das contribuições às pesquisas científicas e documentários feitos por Sr. Malaquias e esta é a justificativa que pode ser dada à ótima recepção que nós e outros pesquisadores, jornalistas e

até mesmo turistas recebem nesta comunidade, seria uma forma de agradecimento e visibilidade. Isto contribui também para que as populações tradicionais, se tornem cada vez mais conscientes de sua realidade e de seus direitos, enquanto povo e guardião de saberes, cultura e natureza.

Neste caso específico da comunidade da Nova Enseada, na Ilha do Cardoso, a qual foi atingida por um desastre natural, tendo toda a área antes habitada afetada pelo mar, a união dos moradores foi e está sendo imprescindível para que os próprios moradores possam se reconhecer e criar um sentimento de orgulho por serem caiçaras e detentores de um espaço tanto absoluto, quanto abstrato, permeado por tantos saberes.

Para tal preservação desses espaços e populações, é de grande importância também, a valorização do etnoconhecimento, aliado também aos estudos físicos e neste sentido, a ciência geográfica, pode contribuir e muito para a integração dos saberes, não prevalecendo ou o científico ou o popular. Estes estudos, podem ajudar a reforçar a ideia de que a manutenção das populações tradicionais em seus devidos territórios, contribui ao longo dos anos para a preservação dos mesmos, através de seu manejo sustentável. (DIEGUES, 2000).

Para além da questão central de preservar e lutar para a garantia dos direitos dos povos, quando entramos em contato com populações tradicionais, seja por meio de visitas ou estudos, temos a chance de refletirmos sobre a nossa própria prática de reprodução espacial, em que ela que ela é baseada e para quem.

Nosso senso de comunidade de justiça pode se modificar ou se reafirmar quando observamos lutas tão importantes e refletimos sobre nosso espaço e tempo e a reprodução de ambos, onde “o espaço envolve o tempo. Cindisse-o: descarta-se o tempo; este não se deixa reduzir. Através do espaço, um tempo social se produz e reproduz; mas esse tempo social se reintroduz com seus traços e determinações: repetições, ritmos, ciclos, atividades” (LEFEBVRE, 2006 p.461).

Mesmo que neguemos a romantização desses povos, percebemos o quanto fazem questão de viver uma vida em conjunto, sem separações e

influenciada minimamente por hábitos de consumo e reprodução social, econômica e mercadológica alienantes.

Referências

ACSELRAD, H & LEROY, J. **Novas premissas de sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 1999.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. 1996. Dissertação de mestrado Universidade de São Paulo, São Paulo, dissertação.1996.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade: em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOVY, L. **O pescador do litoral: um desconhecido? Estudo piloto da situação sócio econômico-religiosa**, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura,1972.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Conservação da Natureza – SUNC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Brasília, DF: Subchefia para assuntos jurídicos, 2000.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. O que são Unidades de Conservação?** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>. Acesso em: 10 out. 2019.

CASTELL, M. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klauss B. Gerhardt. Prefácio de Ruth C. L. Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.

CATAIA, Marcio Antônio. Território Político: **Fundamento e fundação do Estado. Sociedade & Natureza** (UFU, Online), v. 115-125, 2011. Acesso em 5 de maio de 2020.

CHELLOTI, M. C. **Reterritorialização e Identidade Territorial. Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CRUZ NETO, O. **Pesquisa Socail: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis – RJ: Vozes, 1994

DALY, Herma E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. In: **Ambiente e sociedade**, ANPPAS, Unicamp, Campinas, vol. VII, n. 2: jul/dez, 2004. p. 197-202.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1883.

____ **Conservação e desenvolvimento sustentado de ecossistemas litorâneos no Brasil**. São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, 1987.

____ Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras, São Paulo, NUPAB-USP, **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n.5**. 1988.

____ O Mito do Paraíso Desabitado. **Revista do Iphan Nº 24**, 1996

____ As Áreas Naturais Protegidas, O Turismo E As Populações Tradicionais In: Serrano, Célia M. Toledo. & BRUHNS, Heloísa Turini (orgs.). **Viagens à Natureza – turismo cultura e ambiente**. p. 85-102. Campinas: Papirus, 1997.

____ **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FONSECA, D. Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, L. C. (Ed.). Em Debate. **Revista Eletrônica do Departamento de Serviço Social**, PUC-Rio, n. 1, ano 2005.

GADELHA, C. **Proibido Trabalhar: Problema Socioambiental dos Filhos da Ilha do Cardoso (SP)**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 2008.

GUIMARÃES, Cesar. **Imagens da memória (entre o legível e o visível)**, Belo Horizonte, Curso de Pós-Graduação de Estudos Literários/Editora da UFMG, 1997.

IANNI, O. A desterritorialização. In: _____. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

ISA – **Instituto Socioambiental**. **Site**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso: janeiro 202.

ITALINI, D.M. **Morfodinâmica da desembocadura do Ararapira SP/PR: Evolução, Forçantes e Previsões**. Pontal do Paraná, 2019. Tese de Doutorado. 71 f.: il.; 29 cm.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005. p. 6774 – 6792.

LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito**. In: Proposta, FASE, Rio de Janeiro, ano 25, n. 71, dez-fev: 1997, p. 5-10.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

LIMA e GARCIA. O retrocesso normativo ambiental no Brasil: Análise dos reflexos jurídicos da globalização econômica e do neoliberalismo. **Revista direitos humanos e democracia**. Editora Unijuí - ano 2 – 4 jul./dez. - 2014.

MARQUARDT, Bernd. História de la sostenibilidad. **Un concepto medioambiental en la historia de Europa Central (1000-2006)**.

MATSUURA, Y. **Contribuição ao estudo da estrutura oceanográfica da região sudeste entre Cabo Frio (RJ) e Cabo de Santa Marta Grande (SC)**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 38, no.8, p.1439-1450, 1986.

MISHIMA, M. et al. Hidrografia do complexo estuarino-lagunar de Cananéia (25° S, 48° W), São Paulo, Brasil.-I. Salinidade e temperatura (1973 a 1980). **Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, v.12, no.3**, p.109-121, 1985.

Müller, M. E. J. **Estabilidade morfo-sedimentar do mar do Ararapira e consequências da abertura de uma nova barra**. Curitiba, 2011.

NASCIMENTO & STEINKE. **Apontamentos teóricos para a relação entre paisagem e fotografia na Geografia**, RAGEGA Curitiba, v.44, p. 21 -35, Mai/2018

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade, In: Heidrich, Álvaro et al. (Org). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

SERPA, A. S. P. O Trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem Teórico Metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, 2006.

LEFF, E. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. México. 1998, acesso em 10 de abril de 2020.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**, São Paulo: Ática, Série Princípios. 1986

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população, estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Edições Paulinas/CEDHAL. 1986.

MARQUARDT, B. História de la sustentabilidad. Un concepto medioambiental en la historia de la Europa Central (1000-2006). In: **História Crítica**, n. 32. Bogotá, diciembre, 2006. p. 172-197.

MORAES, A. C.R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013. 126 p.

MOREIRA, R. A insensível natureza sensível. In: MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006. p. 47-76.

MUSSOLINI, G. Ensaio de antropologias indígena e caiçara. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

OLIVEIRA, R. R. de; LIMA, D. F.; SAMPAIO, P.D.; SILVA, R.F. da; TOFFOLI, D.G. Roça caiçara: um sistema “primitivo autossustentável”, **Ciência Hoje**, vol.18 (104): 44-51, 1994

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUITO, L. Desenvolvimento Econômico na Confecção de Produtos Sustentáveis. **Projeto da área de cultura**, Local: Editora, 2017. Projeto submetido ao PROAC.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980]

RESENDE, Roberto Ulisses. **As regras do jogo: Legislação Florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira.** São Paulo. Annablume. Fapesp 2002.

RODRIGUES, L, R. Desafios em Torno da Participação de Populações Tradicionais na Conservação da Mata Atlântica: o caso do Projeto de Preservação da Mata Atlântica e a experiência do Comitê de Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. *In: O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção de justiça social*, 2004.

RUA, J. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p. 143-194.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O dinheiro e o território. **GEOgraphia– Ano. 1 – No1 – 1999.** Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001. 474p.

SILVA, T. E. M. Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital. In: Encontro de ciências sociais e o mar, 3, 1989, São Paulo. **Coletânea de Trabalhos Apresentados.** São Paulo, PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, 1989 p. 37-48

SILVEIRA, M. L. **Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade.** *Ciência Geográfica.* Bauru - XV - Vol. XV - (1), 2011

SOUSA, T. **Análise da dinâmica geomorfológica da Ilha Comprida (SP): uma avaliação das alterações antrópicas.** Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014

STEINBERGER, M; AMADO, T. O espaço urbano no zoneamento ecológico-econômico: esboço metodológico. In. SETEINBERGER, M (Org.) **Território, Estado e políticas públicas espaciais.** Brasília: Ler Editora, 2013. p. 151 – 185.

SALES, R. J. R. Aspectos da pesca artesanal na região lagunar de Iguape-Cananéia. In: Encontro de ciências sociais e o mar., 2, 1988, São Paulo. **Coletânea de Trabalhos Apresentados.** São Paulo: NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, 1988 p. 63-75.

- SERPA, A. **Boletim Paulista de Geografia**, SÃO PAULO, n. 84, p.10, 2006.
- TRIVINOS, A. W. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987
- TUAN, YI-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2012. p. 19.
- TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**. Inglaterra: Gordon Press, 1871.
- VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. [S.l: s.n.], 2011.
- VIANNA, L. P. **Considerações críticas sobre a construção da ideia de população tradicional no contexto das unidades de conservação**, São Paulo: pp. 217.
- SILVA, J. F. Dados climatológicos de Cananéia e Ubatuba (Estado de São Paulo). Série de 1956 -1985. **Boletim Climatológico do Instituto Oceanográfico, São Paulo, no.6**,1989. p.1-21